



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
ESPECIALIZAÇÃO EM PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO**

**A MÁCULA ELITISTA: UMA LEITURA DAS  
REPRESENTAÇÕES INTELLECTUAIS E ARTÍSTICAS  
BRASILEIRAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XX**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Douglas Storchi Carlo**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2006**

**A MÁCULA ELITISTA: UMA LEITURA DAS  
REPRESENTAÇÕES INTELECTUAIS E ARTÍSTICAS  
BRASILEIRAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XX**

**por**

**Douglas Storchi Carlo**

Monografia apresentada junto ao Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro, Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Pensamento Político Brasileiro**

**Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2006**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Especialização em Pensamento Político Brasileiro**

A comissão examinadora, abaixo assinada,  
aprova a monografia de especialização

**A MÁCULA ELITISTA:  
UMA LEITURA DAS REPRESENTAÇÕES INTELLECTUAIS E  
ARTÍSTICAS BRASILEIRAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO  
XX**

elaborada por  
**Douglas Storchi Carlo**

Como requisito parcial para obtenção do grau  
**Especialista em Pensamento Político Brasileiro**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez  
(Presidente/Orientador)**

**Prof. Dr. Luis Gustavo Melo Grohmann (UFSM)**

**Profa. Dra. Selva Lopes Chirico (UFSM)**

Santa Maria, 07 de março de 2006.

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Especialização em Pensamento Político Brasileiro  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A MÁCULA ELITISTA: UMA LEITURA DAS REPRESENTAÇÕES INTELECTUAIS E ARTÍSTICAS BRASILEIRAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.**

AUTOR: DOUGLAS STORCHI CARLO

ORIENTADOR: PROF. REGINALDO TEIXEIRA PEREZ

Data e local da defesa: Santa Maria, 07 de março de 2006.

O presente estudo monográfico visa a explorar as formas através das quais o elitismo ideológico funde-se à representação social formulada pela intelectualidade brasileira sobre a identidade e a modernidade nacional no decorrer do vigésimo século. Ganha destaque, em contemporâneas obras, o ideário construído por certa minoria que se auto-avalia como um grupo autônomo de cuja superioridade moral emergiria uma vocação dirigente intrínseca. Desse modo, tal classe seria, fatalmente, destinada a determinar as decisões políticas do país, em tutela de uma vasta maioria alienada por sua suposta ignorância.

**Palavras-chave:** intelectuais brasileiros, elitismo e cultura política

**ABSTRACT:**

Monografia de Especialização  
Especialização em Pensamento Político Brasileiro  
Universidade Federal de Santa Maria

**A MÁCULA ELITISTA: UMA LEITURA DAS REPRESENTAÇÕES  
INTELECTUAIS E ARTÍSTICAS BRASILEIRAS NAS PRIMEIRAS  
DÉCADAS DO SÉCULO XX.**

AUTOR: DOUGLAS STORCHI CARLO

ORIENTADOR: PROF. REGINALDO TEIXEIRA PEREZ

Data e local da defesa: Santa Maria, 07 de março de 2006.

The present article intends to perscrutate the mechanism through which ideological elitism has been fused to the social representation drawn by brazilian intellectuals in the 20<sup>th</sup> Century. It is possible to highlight, in contemporary sociological literature, the manifestations of a self-proclaimed superior minority, intrinsically vocated to lead and determine the political destiny of a vast majority, alienated of the political process for its supposed ignorance.

**Keywords:** brazilian intellectuals, elitism and politics culture.

## SUMÁRIO:

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>2 DA TEORIA DAS ELITES .....</b>	<b>09</b>
<b>3 DAS RELAÇÕES ENTRE O SABER, A CULTURA E O PODER .....</b>	<b>16</b>
<b>4 DA FORMAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA ELITISTA .....</b>	<b>21</b>
<b>5 DO NACIONAL-POPULAR AO NACIONAL-MODERNO: CONFLUÊNCIAS E CONTRADIÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA .....</b>	<b>25</b>
<b>6 DA REVOLUÇÃO CULTURAL À BURGUESA: RUMO À CONSOLIDAÇÃO DE UM ESTADO-NAÇÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>7 DA NARRATIVA FICCIONAL AO ROMANCE PROLETÁRIO: O ENGAJAMENTO ARTÍSTICO, CONSTRUINDO AS BASES DO ESTADO NOVO .....</b>	<b>44</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>57</b>
<b>9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO:

O presente trabalho monográfico pretende destacar o elitismo como um importante aspecto que caracterizou o pensamento brasileiro nas primeiras décadas do século XX, cujo arcabouço teórico acaba por informar a conversão de um expressivo número de intelectuais à vida política. Para fins desse estudo, entende-se por elitista a teoria segundo a qual se concebe, natural e inevitavelmente, a desigualdade entre os indivíduos, pela existência de uma minoria organizada que, pelas mais diversas formas, detém poder em detrimento de uma maioria passiva, em quaisquer formas que se possa conceber a vida socialmente organizada.

Dessa forma, ao se estabelecer definições preliminares sobre o assunto, pretende-se relacionar alguns de seus mais fundamentais aspectos a uma compreensão sociológica e política da produção literária e artística brasileira, imersa numa concepção intelectualista dos fenômenos político-sociais. E, ao mencionar algumas fontes primárias sobre assunto, objetiva-se primeiramente estabelecer sucintas relações entre a elaboração originária dos clássicos elitistas e o desenvolvimento do pensamento brasileiro ao longo das primeiras décadas do vigésimo século, com ênfase nas tendências nacional-modernistas.

Em vista dessa proposição, serve-se de um conjunto de representações intelectuais ligadas à escrita, como forma de consciência artística, por oferecer uma imagem metafórica diferenciada de situações e vivências do país que integram uma análise sociológica e política - não restrita ao efetivo exercício do poder Estatal, eis que também composta pelos fatos que cercam o poder e sua legitimidade.

O espaço temporal abrangido pela pesquisa tem como referência o período que se inicia na segunda quinzena do século XX - marco inicial adotado pela doutrina como de maior influência dos intelectuais na vida política do país - e finaliza às vésperas do Estado-Novo, passando pelos efervescentes debates ideológicos ocorridos nas décadas de 1920 e 1930. Tais pretensões remetem, entretanto, de forma irremediável, a práticas culturais e

políticas anteriores que delinearão o pensamento intelectual no seio da sociedade brasileira.

Desde as últimas décadas do século XIX, com os primeiros rompimentos no movimento romântico brasileiro, é possível identificar, com bastante clareza, a mácula elitista em meio às correntes republicana e abolicionista. Porém, é nas primeiras décadas do vigésimo século que essa tendência insere-se na luta de perspectivas nacionalistas, marcada por diferentes interpretações sobre os modelos de identidade nacional, ora centradas num ufanismo desmesurado, ora num cientificismo extremista.

A primeira guerra mundial também concorre para realçar a importância das teses elitistas, acompanhadas de uma tendência à centralização política imbuída nas diretrizes nacional e modernista. O período de 1922 a 1930, por sua vez, será marcado pela agitação cultural e pela difusão de novas idéias, exibindo em muitas obras um tom bastante agressivo e irônico em relação às formas artísticas tradicionais. Superada a sua polêmica inicial, todavia, o modernismo ressurgiu em 1930 com uma geração de novos escritores voltados à redescoberta do país, acabando por somar-se às manifestações totalitaristas que marcaram o período.

Com isso, pretende-se identificar alguns dos principais aspectos que caracterizaram o elitismo no pensamento político brasileiro, procurando delinear, a partir de sua forma de análise e estilo de pensamento, algumas características comuns, em que se afiguram temas constantes que auxiliam a compreensão de seu universo simbólico e de suas inclinações ao emprego público. Por outro lado, seu crescente poder de influência junto ao público pode ser relacionado ao papel ocupado pelas elites intelectuais na consolidação do Estado brasileiro, com amplo poder de influência na consolidação dos acontecimentos políticos da década de 1920 e 1930.

E assim, ao examinar a ampla repercussão dessa orientação ideológica, por meio da verificação de certas correlações e afinidades entre os escritores brasileiros no período, procurar-se-á obter um melhor conhecimento sobre o pensamento brasileiro em sua



formação e desenvolvimento. Ademais, a importância do estudo e a atualidade de sua problemática sugerem a oportunidade para rever alguns aspectos conceituais e históricos, rumo à revisão de alguns paradigmas.

## 2 DA TEORIA DAS ELITES:

Possuindo raiz no verbo latino *eligere* (eleger, escolher, selecionar), a expressão elite (fr. *élite*) encerra a idéia de seletividade (Souza, 1998), denotando a superioridade de certos grupos ou setores sociais pelas suas qualidades, dotes e funções de liderança ou representação. Trata-se, pois, de um termo de uso corrente na generalidade dos países ocidentais, cuja definição é de grande importância para a compreensão dos principais aspectos culturais, políticos e econômicos de que se reveste a democracia nas sociedades contemporâneas.

As representações e interações sociais resultantes do pensamento elitista estão alicerçadas em princípios de exclusão e superioridade entre classes ou indivíduos. Assim exposto, para a introdução de um conceito operativo, pode-se servir da precisão de Willems (1970, p. 97), que define a elite *como uma minoria prestigiada dentro de um grupo maior*, cuja qualidade de fazer parte é hereditária em certas sociedades e de livre competição em outras, em que há movimentos de ascensão de indivíduos.

O recrutamento das elites apresenta, portanto, variações segundo o período histórico relacionado, baseando-se ora em heranças sociais e consangüíneas, ora em diversos signos de poder que coexistem e se fundem em sistemas conducentes à abstração de um recrutamento baseado no mérito e na capacidade pessoal. E por apresentar estrutura variável segundo o sistema de legitimação em que esteja inserida, a elite pode ser definida como um grupo socialmente decisivo cuja trajetória de domínio parece confundir-se com a própria história política e econômica mundial.

Contudo, é preciso estar atento à lição de Cerroni (2003, p. 128), para quem o conceito de elite distingue genericamente a classe política (dos governantes), muito embora não forneça maiores indicações sobre a sua diferente composição, sobre os procedimentos com que (essa) assume suas funções políticas ou mesmo sobre a relação que estabelece com a massa dos governados. A análise sistemática das elites é, pois, recente e coincide com as crises do liberalismo moderno (Baquero, 1989, p. 12), mesclando-se ao tema da delegação do poder e da representação política. Seu estudo passou a integrar a ciência política no limiar dos séculos XIX e XX, em grande parte como resultado do trabalho

dos sociólogos Vilfredo Pareto (1848-1923), Gaetano Mosca (1858-1941) e Robert Michels (1876-1936).

Segundo Bobbio (2000, p. 386), o surgimento da teoria das elites, de forte carga antisocialista e antidemocrática, bem reflete o *grande medo* das classes dirigentes dos países em que os conflitos sociais estavam prestes a eclodir. Manifesta, assim, a crise da idéia do *progresso indefinido* característico da ascensão burguesa, em que o ideal de democratização igualitária entrava em choque com as teorias evolucionistas de Darwin e Spencer, bem como com a psicologia social de Gustav Le Bon, Lapouge e Glumpowicz.

A teoria das minorias governantes caminha *pari passu* com uma concepção essencialmente desigual da sociedade, com uma visão estática ou inteiramente cíclica da história, com uma atitude mais pessimista do que otimista da natureza humana, com uma incredulidade quase total em relação aos benefícios da democracia, com uma crítica radical do socialismo, como criador de uma nova civilização, e com uma desconfiança que se aproxima do desprezo pelas massas portadoras de novos valores (BOBBIO, 2000, p.387).

Essa teoria (elitista) surge em contemporânea oposição à sociedade de massas e ao movimento operário que, por sua vez, trouxe questionamentos inéditos à realidade política européia e encontrou respaldo em um novo sistema ideológico, resultante de uma onda de ativação das massas: o socialismo. Nesse período, insinua-se uma democratização da vida social, sobretudo a partir do questionamento de certos valores sociais e políticos, na medida em que a ampliação do colégio eleitoral coloca em risco certas estruturas de poder.

O final do século XIX e o início do seguinte foram momentos em que o elitismo de boa parte dos intelectuais se mostrou mais evidente. Não por acaso, é o período em que a ameaça de uma vitória política das classes trabalhadoras é maior (entre digamos, a Comuna de Paris, em 1871, e a acomodação social-democrata com o capitalismo, nas décadas que se seguiram à primeira guerra mundial). Mais do que a simples afirmação da desigualdade, os escritos da época revelam o ódio contra a 'plebe ignara' e um marcado sentimento de distância, como se pertencessem a outra espécie (MIGUEL, 2002, pp. 486-488).

Divisada na dicotomia entre as elites e as massas, os articuladores da teoria das elites visualizam, assim, fortes restrições democráticas, fundadas no atrelamento do cidadão comum à permissividade

política, na tentativa de conciliar a participação popular de maneira a ser controlada pelo sistema oligárquico.

Ao homem-massa, da descrição orteguiana - despersonalizado e reduzido a uma unidade anônima na sociedade invertebrada - opõe-se a personalidade vigorosa dos homens capazes de constituir uma elite dirigente que assegure o bom andamento da vida pública na sociedade hierarquizada - povo, no sentido orgânico, ao contrário de massa ou multidão desorganizada, agregado amorfo de indivíduos dispersos e insolidários (SOUZA, 1998, pp. 197).

Nesse sentido, a premissa elitista parece estar contida na máxima de que a sociedade está inevitavelmente dividida entre governantes e governados, fundada na verificação de que, ao longo da história, a classe governante seria composta por uma minoria que monopoliza o poder e as funções políticas, gozando de suas vantagens e privilégios. E é a partir desses pressupostos teóricos, assentados na evidente desigualdade da natureza humana, bem como na organização das sociedades, que se estabelece como uma corrente de pensamento de grande influência na maioria dos países ocidentais.

O conjunto literário de estudiosos que se dedicaram ao tema bem reflete, com isso, o surgimento e a evolução de uma *ciência realista*<sup>1</sup> que, em oposição ao socialismo de classes, crê numa possível independência do Estado em relação à sociedade civil<sup>2</sup>. E, ainda que a doutrina mais apurada identifique especificidades entre os escritores da Escola Italiana,<sup>3</sup> a trilogia elitista composta por

<sup>1</sup> A lógica elitista, muitas vezes, está associada ao realismo político, que se propõe à análise do regime democrático através de um método empírico, ou seja, do que pode ser observado na realidade em concreto. Disso resulta a inviabilidade das noções subjetivas como as do interesse coletivo, passando a democracia a ser entendida simplesmente como um método ou procedimento de escolha de lideranças que devem conduzir os assuntos públicos.

<sup>2</sup> As críticas à teoria das elites centram-se em seu aparente pessimismo político, pela convivência de seus articuladores para com a manutenção do estado das coisas, além de pouco contribuir para a identificação de alternativas a uma maior intervenção social nos assuntos públicos. Os críticos liberais, entretanto, não se contrapõem diretamente à teoria elitista - restringindo-se à discussão de seu caráter monista ou dualista - ao passo que autores como Peter Bachrach (*The Theory of democratic elitism: a critique*), diferentemente, apontam para a construção de um modelo alternativo ao elitismo democrático, em que a participação do homem comum nos assuntos de interesse público poderia levá-lo a desenvolver suas habilidades intelectuais e morais. Denota-se, de qualquer modo, a incorporação de muitos de seus pressupostos teóricos por pensadores como Norberto Bobbio e Raymond Aron, além de ser evidente a sua influência nos procedimentos institucionais de caráter representativo aplicáveis às democracias ocidentais contemporâneas. Cf. FERREIRA, Nuno Miguel Miranda. O conceito de democracia segundo Joseph Schumpeter. Centro de Estudos Jurídicos, Políticos e Sociais da Universidade Independente. pp.14-16. Afinal, para Norberto Bobbio (1997, p.13) Joseph Schumpeter *acertou em cheio quando sustentou que a característica de um governo democrático não é a ausência de elites, mas a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular.*

<sup>3</sup> Ettore Albertoni (1990, p. 32) ressalta o fato de que as elaborações de Pareto, Mosca e Michels, à sua época, não identificam um verdadeiro elitismo político, por constituírem premissas necessárias para primeiro formular a orientação, eis que, para o autor, essa concepção formar-se-ia de modo estável somente após a difusão do pensamento destes clássicos italianos no mundo cultural e científico de língua inglesa.

Pareto-Mosca-Michels parece mesmo compartilhar de inequívocas semelhanças em sua abordagem, constituindo-se em referência clássica para o tratamento do assunto.

Vilfredo Pareto identifica extratos sociais bastante nítidos, baseado na influência nos negócios do Estado e na supremacia sociológica de classes: a governante é constituída de uma minoria que se apossa do exercício, das funções e das vantagens políticas inerentes ao poder, em detrimento de uma maioria submissa e alienada por instrumentos políticos. Nessa esteira, com subsídio em Aron (1987, pp. 426-428), argumenta Pareto que as minorias governantes são formadas por grupos (*aristocracias*) que se distinguiriam das massas (e até mesmo de outros indivíduos sociais que compõem a classe eleita) pela posse de qualidades materiais ou intelectuais determinantes à sua admissão no círculo dos politicamente influentes<sup>4</sup>.

Por sua vez, Gaetano Mosca afirmaria que a organização social é, em si mesma, a causa determinante da superposição dos eleitos sobre os eleitores: ao detectar a sua incapacidade de articulação, a massa amorfa estaria fadada à dominação no tempo pelas elites políticas. Daí informar o seu determinismo elitista ser inevitável a condução dos assuntos coletivos pelas minorias dominantes.

A despeito disso, a *doutrina da classe política* desenvolvida por Mosca também introduz (Albertoni, 1990, pp. 23-24) um importante enfoque à concepção elitista, ao admitir a existência de um sistema de trocas entre a minoria governante e a maioria governada, em prol da manutenção do estado das coisas. Pretendendo construir regras para a ação política, o autor faz referência a um conjunto de mecanismos sociais e normativos que legitimam o liberalismo moderno, com certo grau de participação democrática dos governados na atividade política, num quadro de relativas garantias de liberdade.

Robert Michels, por outro lado, aliando a elaboração teórica de Mosca sobre a classe política à sua experiência na social-democracia e no sindicalismo revolucionário alemão, estende a reflexão elitista ao quadro interno dos sindicatos e partidos políticos. Mais do que uma simples extensão

---

<sup>4</sup> Para uma melhor compreensão do pensamento do escritor é necessário registrar a relevância que ocupa em seu tratado a teoria dos resíduos e derivações, em se constituindo numa importante contribuição à psicologia das relações interpessoais (e intergrupais) no domínio da política. Outro conceito também importante reside na verificação de uma permanente

analógica, o sociólogo verifica a necessidade dos partidos modernos disporem de direções estáveis e profissionais (Bobbio, 2000, p. 386), constituindo a sua obra numa confirmação histórica e empírica da teoria das elites, ao demonstrar a possibilidade de sua mais ampla aplicação.

Não obstante isso, os questionamentos antiliberais gerados pela Revolução de 1917 e, notadamente, pela crise do sistema capitalista em 1929, com a subsequente ascensão do *Welfare State*, evidenciam certo desgaste desses paradigmas elitistas clássicos, fazendo urgir a necessidade de atualizá-los, tornando-os compatíveis às novas exigências históricas. Desse modo, ainda que não viessem a registrar maiores variações substantivas, surgem novos grupos intelectuais para resgatar o vigor da teoria das elites, mediante a sua adequação à visão democrática, em vista da flexibilidade de ascensão social com base no mérito individual (meritocracia).

Ocupa posição maiúscula neste quadro o economista Joseph A. Schumpeter (1883-1950), que procura revisar preceitos fundamentais do liberalismo clássico relacionados à idéia da personalidade humana como unidade homogênea, enquanto conceito de uma vontade popular claramente definida, em vista de um único bem comum. Questionando a capacidade e a disposição do indivíduo para o agir político, discriminar fatos e responsabilizar-se pela gestão pública, alerta o autor para os perigos da compreensão centrada num abstrato consenso coletivo, tal qual fora estabelecido pela doutrina do *Direito Natural*.

Expoente maior da ideologia *jusnaturalista*, Rousseau (1712-1778) havia postulado que o Estado emerge de um contrato social, pelo qual o homem renuncia o estado de natureza em que vivia, com parcela de sua liberdade, para obter o mínimo de segurança e bens indispensáveis à sobrevivência. Nessa esteira argumentativa, a vontade geral nada mais seria que a abstração de desejos egoísticos e das paixões vividas por cada um, em prol de um postulado comum. Na expressão de Bobbio (1990, p. 09), o autor do contrato social havia inventado, não sem fortes sugestões dos pensadores clássicos, uma república na qual o poder soberano, uma vez instituído pela concordada vontade de todos, torna-se

---

*circulação das elites*, que se alternariam no poder ao longo do tempo, num certo equilíbrio social. cf. ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Universidade de Brasília, 1987. p. 412.

infalível e não precisa dar garantias aos súditos, pois seria impossível que o corpo quisesse ofender a todos os seus membros.

A oposição de Schumpeter a essa concepção dá-se sob o fundamento de que não seria possível identificar uma vontade popular de todo o contingente de demandas individuais - isto é, um único e determinado bem sobre o qual todos os indivíduos estivessem de acordo, porquanto sejam naturalmente diferentes, coexistindo ambições, desejos e interesses distintos. Em face dessas constatações, oferece o economista austríaco (1961, p. 313) sua crítica não somente ao paradigma do anseio coletivo *rousseauniano*, articulado ora pelo Estado liberal, ora pelo socialista, mas também à teoria utilitarista, enquanto garantia de uma satisfação coletiva, que se fundamenta sobre valores humanos irreconciliáveis.

Os fundadores dessa corrente, Mosca, Pareto e Michels, não escondiam sua oposição aos movimentos democráticos e socialistas presentes na virada do século XIX para o XX. Suas obras revelam a apreensão com a atuação desses movimentos e buscam demonstrar que seus objetivos igualitários eram ilusórios. Segundo eles, sempre vai haver desigualdade na sociedade, em especial a desigualdade política. Isto é, sempre existirá uma minoria dirigente e uma maioria condenada a ser dirigida, o que significa dizer que a democracia, enquanto “governo do povo, é uma fantasia inatingível”. Pois é exatamente esta visão que, sobretudo a partir da teoria de Schumpeter, publicada nos anos 1940, se torna a base da tendência dominante da teoria democrática – e penetra profundamente na concepção corrente sobre a democracia (MIGUEL, 2004, p. 484).

No rol de personalidades (neo) elitistas, Lasswell (1950, p. 50) destaca as diversas formas de domínio político-social, ao afirmar que o poder é controlado à base de vários tipos de elites, com diferentes graus de poder e influência. A noção de classe dominante sugere (Boudon, 1993, p. 198), não obstante essa diversidade aparente, a convergência de seus interesses, a cumplicidade de seus membros e a colaboração entre o poder de uns e a influência de outros.

Relevante é também a contribuição da escritora Suzanne Keller (1967, pp. 31-32), acerca da coexistência de diferentes tipos de elites que se diferenciam entre si pela importância da atividade desenvolvida socialmente. Desse modo, enquanto as elites fragmentárias ocupam funções secundárias em (sub)setores da sociedade, as estratégicas estabelecem a consecução de objetivos, adaptação, integração e conservação de normas e controle de tensões internas.

Referimo-nos a esses grupos sob a denominação de elites estratégicas, para distingui-las de outras elites. As elites estratégicas, a nosso ver, compreendem não somente os líderes políticos, econômicos e militares, como também os do campo moral, cultural e científico. A qualificação de estratégica não depende de atividades específicas da elite, mas sim do raio de ação dessas atividades, isto é, de quanto membros na sociedade são por ela atingidos e de que maneira o são (KELLER, 1967, p. 31).

Em consideração às características das sociedades industriais contemporâneas, a autora demonstra ser mesmo difícil conceber a existência de um único setor dirigente, sendo razoável considerar uma pluralidade de elites dirigentes que mantêm entre si relações de cooperação, de competição ou de conflito<sup>5</sup>. Sendo complexa e heterogênea a rede das elites (Boudon, 1993, p. 203), a rivalidade ou solidariedade entre elas (e mesmo entre as suas frações) parecem estar, então, em direta relação com a conjuntura vigente, segundo conciliem seus interesses no sistema político-social vigente.

Dentre os diferentes tipos de elite a que faz referência, sejam elas subordinadas, sejam elas concorrentes, ganha destaque no presente estudo àquela formada pelos especialistas do conhecimento, como mediadores de idéias e práticas sociais de natureza eminentemente política. Imbuídos num sistema de mecenato ou de dependência, muitos grupos intelectuais procuram justificar suas ações num *ethos* de missão nacional ou civilizatória (Botelho, 2002, pp.163-166), fazendo-se mandatários dos interesses gerais da sociedade, numa (auto) representação característica dos países capitalistas tardios ou retardatários, conforme se destaca nos próximos capítulos.

---

<sup>5</sup> Para Pêrsio Santos de Oliveira (2001, pp. 07-13), a competição e o conflito são identificados como processos sociais dissociativos, em que o primeiro, diferentemente do segundo, é contínuo, impessoal e inconsciente.



### 3 DAS RELAÇÕES ENTRE O SABER, A CULTURA E O PODER:

Relativamente às dimensões associadas ao conhecimento, o termo cultura<sup>6</sup> corresponde ao complexo dos padrões de comportamento, crenças e valores (espirituais e materiais) transmitidos coletivamente, característicos de uma sociedade e/ou civilização; ao modo de organização da vida social e concepção da realidade; à forma de elaboração simbólica e transmissão do conhecimento produzido (e controlado) segundo as circunstâncias históricas.

A partir do século XVIII, todavia, a racionalidade da ilustração traz consigo a noção de cultura com conotação de comportamento social e atividade de desenvolvimento intelectual, ao pressupor civilidade, educação, polidez e respeito às convenções sociais. Daí a noção de refinamento pessoal, a qual somente têm acesso setores das classes dominantes, ter reduzido a cultura às formas de conhecimento científico e erudito, que se contrapõem ao conhecimento detido pela maior parte da população<sup>7</sup>.

Um olhar sobre o assunto, dessa forma, não pode prescindir da análise das relações entre o poder e o saber, eis que se relaciona o poder ideológico com a legitimação de determinados valores culturais e artísticos, em meio a determinações sociais e econômicas. E, por tomar base essa idéia, Michel Foucault (*apud* Macedo, 2004) afirma que não há exterioridade entre a verdade e o poder, por existirem vínculos comuns que não implicam identidade entre ambos, mas um sistema de que os torna indissoluvelmente imanentes.

Sabe-se, pois, que a produção/transmissão de símbolos e valores expressa interesses, estratégias e hierarquias que conformam o poder político. Assim, ao cumprir o intelectual o papel de refletir e/ou criar os signos que governam dada sociedade, colocam-se muitos a serviço da política, seja para a conservação do poder, seja para sua contestação.

---

<sup>6</sup> Vocábulo que tem origem no verbo latino *colere*, significando o cultivo e o cuidado para com a terra, as plantas, os animais e os deuses. Cf. CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 12-13

<sup>7</sup> Idéia ilustrada do *homem cultivado* pelos saberes do conhecimento histórico e da educação formal, repositório das realizações mais elevadas da civilização. SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 54.

Ainda que envolta pelas mais diversas nomenclaturas, pode-se afirmar que a presença do intelectual na vida pública em muito precede aos últimos séculos<sup>8</sup>, vez que sempre existiu em todas as sociedades a idéia de um *poder ideológico* (Bobbio, 1997, p. 11). Diferentemente, porém, do *homem de letras* ou do filósofo, cujo nascimento é incerto, o intelectual emerge na história em data perfeitamente documentada: 13 de janeiro de 1898<sup>9</sup>.

E, ao examinarmos, preliminarmente, a relação entre os intelectuais e a vida política, imperiosa é a consideração das lições de Norberto Bobbio (1997, p. 11), no sentido dos grupos intelectuais (auto)conceberem-se como uma categoria apartada da sociedade, possuindo função política distinta dos outros componentes sociais. Ponto importante também aventado por Bobbio (*apud* Botelho, 2004, p. 93) é o de que o papel das minorias intelectuais em sociedades não-funcionais é exacerbado: nestas, aquela classe assumiria tarefas políticas decisivas em momentos de preparação ideológica, dirigidos a processos de transformação social.

Ao que se indica, os sistemas simbólicos demonstram ser influentes na construção da realidade, mediante atuação ideológica que permite a reprodução de uma determinada ordem social. Conseqüentemente, o estabelecimento de rígidos limites entre o centro e a periferia intelectual parece expressar uma efetiva forma de controlar as (p)referências socioculturais.

A partir das lições de Bourdieu (1989, pp. 09-11), torna-se possível afirmar, então, que esses mesmos sistemas, enquanto instrumentos de comunicação e de conhecimento, cumprem funções políticas de impor ou legitimar a dominação de classes ou grupos sociais. Segundo essa projeção marxista dos conflitos sociais, fundada na dialética entre dominantes e dominados, os setores dirigentes

---

<sup>8</sup> Para Platão, em defesa das idéias de Sócrates, há na sociedade grega uma fração incapaz de perceber a realidade de modo correto e verdadeiro. O governo do rei filósofo é, portanto, uma necessidade social, visto que esse sabe discernir quais os caminhos mais sábios através dos quais se deve estruturar a administração da mesma. CASTAGNOLA, Luís. PADOVANI, Umberto. **História da filosofia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977. pp. 97-106. Para maior aprofundamento, vide **A República**. São Paulo, Martim Claret, 2000.

<sup>9</sup> Dia em que o jornal *Aurore* publicou o manifesto *J'accuse*, de Émile Zola, exigindo a revisão do processo que havia condenado *Alfred Dreyfus* por crime de alta traição. NOVAES, Adauto. O silêncio dos intelectuais. In: **Cultura e pensamento em tempos de incerteza** (Ministério da Cultura). Disponível em: [www.cultura.gov.br/culturaepensamento/](http://www.cultura.gov.br/culturaepensamento/) Acesso em: 16 mar. 2005

impõem instrumentos de expressão da realidade social, por meio de especialistas da produção simbólica.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (...) O campo da produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção (BOURDIEU, 1989, pp. 11-12).

Célebre, entretanto, é o debate acerca da neutralidade intelectual diante da realidade histórica e social. No jogo de conceitos que dissociam a teoria da prática, porém, pontua-se que a palavra é uma *ação que não expressa mera contemplação*. Daí concluir Coutinho (2000, pp. 15-16) que os mecanismos de poder não se limitam aos de coerção estatal, vez que as relações sociais de direção político-ideológica também asseguram certo *consenso dos dominados*.

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação, quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; *a fração dominada* (letrados ou intelectuais e artistas, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição no topo da hierarquia dos princípios da hierarquização (BOURDIEU, 1989, p. 12).

No entanto, em se tratando o social de um fenômeno bastante complexo, moldado pelas pressões e conflitos entre classes (e, por isso mesmo, também sujeito à incorporação de valores de ambos os grupos envolvidos), Marilena Chauí (1987, p. 22) dá crédito à idéia de não subsistência apenas na forma passiva da dominação, sendo aquele continuamente renovado nas práticas de oposição e de alternatividade.

As classes dominadas existem em relação com as classes dominantes, partilham um processo social comum, do qual não detêm o controle. A produção cultural, toda a produção cultural, é o resultado dessa existência comum, é um produto dessa história coletiva, embora seus benefícios e seu controle se repartam desigualmente. Este sim é o cerne da questão da cultura em nossa sociedade. Desfaz-se assim a idéia frágil de que uma parcela tão fundamental da *sociedade (as elites)* possa ser vista como uma realidade isolada no plano cultural (SANTOS, 1983, p. 59).

Neste sentido, parecem ser as ideologias determinadas pelos interesses específicos daqueles que as produzem, bem como pela lógica específica daqueles que as processam; não se restringem, pois, aos interesses das classes que as exprimem. Com isso, quer se evitar a redução dos produtos ideológicos aos interesses das classes a que servem os intelectuais, eis que a cultura também é produto histórico dos conflitos e das interações que a circundam, estando por esses condicionada.

Entre nós, as relações entre os intelectuais e a política são objeto de inúmeras controvérsias, sobretudo no que diz respeito ao sentido de suas relações com o Estado, as classes sociais e os partidos políticos. Imbuídos num sistema de mecenato ou de dependência, muitos grupos intelectuais procuram justificar suas ações num *ethos* de missão nacional ou civilizatória, fazendo-se mandatários dos interesses gerais da sociedade, numa (auto)representação característica dos países capitalistas tardios ou retardatários.

Em se examinando a trajetória do pensamento político, é possível observar a confluência de tendências marcadamente elitistas à compreensão e representação da sociedade brasileira. A adoção desses princípios por parte dos atores responsáveis pela reflexão social, análise da realidade e sistematização da cultura acabam, pois, por direcionar as ações políticas em um sentido autoritário, condescendente e desmobilizador em relação à maioria da população

Ao circunscrever o arcabouço ideológico ao qual se filiam, bem como a forma como processaram as matrizes de suas concepções, procurar-se-á alinhar algumas evidências históricas da formação da sociedade brasileira, em meio ao dilema da construção do Estado-Nação. Ao se fornecer meios para uma melhor compreensão do contexto social e político em que a ideologia elitista encontrou solo fértil junto aos intelectuais brasileiros, em seu processo de conversão à vida política, na disputa pela representação do nacional e do moderno, objetiva-se também delinear alguns aspectos dessa mesma lógica, presente no conjunto literário de inúmeros intelectuais brasileiros

A seguir, procura-se estudar, em linhas gerais, as origens, intenções e manifestações do pensamento político elitista de parcela substantiva da intelectualidade brasileira, no contexto do final

do século XIX e início do século XX. Centra-se o foco principal no ciclo de 30<sup>10</sup>, em virtude da variedade e quantidade das produções culturais revestidas expressivamente pela ideologia elitista, que em muito influenciaram e impulsionaram, num primeiro momento, a Revolução de 30 e, em seguida, a implantação do perfil político autoritário do Estado Novo, num dos processos mais cruciais e definitivos da história brasileira.

---

<sup>10</sup> Período abrangido entre 1922 e 1937, cf. FRANCO, Sérgio da Costa. Partidos e movimentos políticos no ciclo de 30. In: **Simpósio sobre a Revolução de 30**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 467.

#### 4 DA FORMAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA ELITISTA:

Tendo em perspectiva a realidade brasileira, nota-se ser de grande vulto a manifestação, no bojo das manifestações culturais e artísticas, de certa tendência elitista à representação social, alicerçada em relações de exclusão e de superioridade. As raízes dessas concepções têm sua origem no pensamento colonialista e nas tradições de ordem oligárquica e patrimonialista, sedimentadas numa cultura ornamental e intelectualista.

Para Azevedo (1996, p. 277), o papel que exerceu a cultura modelada na tradição intelectualista do velho ensino colonial jesuítico foi tamanho que nem mesmo a ocupação holandesa ou as reações do Seminário de Olinda foram capazes de apagar. Tal sistema de ensino, puramente retórico e literário, valorizava as letras e acentuava o desprezo pelo trabalho manual, ao passo que fortalecia a distância entre a elite intelectual e a maioria da população.

As armas espirituais de que se compunha o arsenal dos mestres em artes, essa espécie colonial dos bacharéis de hoje, não passavam das humanidades latinas e das noções gerais que residiam à base da filosofia e da teologia e eram mais apropriadas a formar pregadores, letrados e eruditos. Formou-se, por esse modo, a tendência intelectualista e literária que se desenvolveu por mais de três séculos, para o bacharelismo, a burocracia e as profissões liberais. (...) Força de conservação antes do que instrumento de libertação do espírito, esse ensino de classe, dogmático retórico, que modelava todos pelo mesmo padrão de cultura, fundia as minorias ralas de letrados, que flutuam, estranhas e superpostas ao meio social, como uma elite intelectual de importação (AZEVEDO, 1996, pp. 277-278).

Se, porém, o ensino uniformizador dos padres da Companhia teria abafado a espontaneidade intelectual, *embotando o gosto da análise e comprometendo o espírito crítico do brasileiro* (Azevedo, 1996, pp. 276-278), por outro lado, foi utilíssimo à integração social do Brasil: criando e espalhando por todo o país um mesmo sistema cultural, concorreria para assimilar as elites brasileiras de norte a sul, fundindo na unidade da cultura as diversidades regionais, sociais, econômicas e políticas.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> A expressão *unidade* da cultura deve ser relativizada e entendida como padronização da *educação formal* oferecida aos filhos das elites socioeconômicas. Em estudo sobre a homogeneidade das elites como elemento necessário à estabilização do processo de formação do Estado, José Murilo de Carvalho (2003, pp. 25-37) afirma que, a exemplo dos países de revolução burguesa abortada, em que o papel do Estado tende a ser mais relevante, com a predominância do elemento burocrático, a afinidade das elites no Brasil tende a ser de natureza ideológica - característica que as levavam a agir coesamente, embora não fossem recrutadas em setores homogêneos da população. Essa homogeneidade ideológica, gerada pela socialização

Numa sociedade de estrutura patrimonialista, interessava um tipo de cultura que favorecesse o acesso à educação de uma minoria, criando na aristocracia acadêmica, uma elite intelectual. Contudo, a *boa arte* requer um público culto, ilustrado e afeto às manifestações artísticas clássicas - em nada próximo do baixo nível de instrução da população, composta em sua maioria de analfabetos e escravos.

Ao longo do Império, especialmente durante o Segundo Reinado, a relação dos intelectuais com o Estado assume, assim, a forma de mecenato. Como sucedâneo do público, o Estado e os grupos dirigentes funcionavam como patronos que buscam absorver os representantes políticos e ideológicos (Pécaut, 2003), submetendo-os à adoção de *fórmulas culturais assépticas*, por meio de uma apologia harmônica (Nogueira, 1984, p. 61), passível de conviver com o regime político-social.

A histórica dependência dos intelectuais ao Estado parece ser a expressão de uma certa debilidade cultural, apoiada num sistema educacional eminente elitista: entre nós, a herança da contra-reforma, isto é, de uma educação para os líderes, a fim de que esses conduzissem a massa (Maia, 1979, pp. 85-86), parece ter sido a parte mais persistente da marca jesuítica no ensino.

Que grande número de bacharéis, de médicos e mesmo de engenheiros afluem para a função pública, a fim de lhe pedir os meios de vida que só a poucos concede o exercício exclusivo da profissão, é fator que ressalta do exame da escala administrativa e política, de alto a baixo, e dos elementos dominantes na sua composição. Mas, com o número crescente de bacharéis e doutores que saem, às multidões, dessas faculdades, multiplicam-se os candidatos a esses cargos e empregos do Estado. Eles passaram a constituir uma classe cada vez mais numerosa, de funcionários e letrados, saturados, na República como no Império, de fórmulas européias que desprezavam a sociedade de que saíram e lhes alimentavam vastas ambições (AZEVEDO, 1996, p. 289).

A cooptação tende, por outro lado, a agravar a distância entre os intelectuais e as massas: ao vincular os primeiros ao sistema dominante, despojam-se as segundas dos formadores de sua

---

promovida pela educação e pelo treinamento no funcionalismo público, é certamente facilitada pela sua formação jurídica uniforme em Portugal e a seu isolamento ideológico a doutrinas revolucionárias. No último quartel do século XIX, porém, o autor (2003, pp. 43-44) analisa a relativa perda dessa homogeneidade inicial, sobretudo pela grande redução de funcionários públicos e pelo aumento do número de advogados, dando causa a reivindicações por maior representação de interesses dentro do Estado e a exigência de afastamento do exercício das funções públicas para fins de exercer o mandato representativo.

autoconsciência (Nogueira, 1984, p. 56), ao mesmo tempo em que dificulta a sua organização, mantendo-as isoladas em sua desagregação. E, uma vez integrados aos centros de poder e afastados da realidade (social) concreta do país, posicionavam-se os intelectuais num âmbito abstrato, de eminente superioridade.

*Intimista à sombra do poder*, o intelectual cooptado (especialmente o oitocentista) não tinha, necessariamente, de ser um apologeta direto do regime social que o mantém, desde que se mantivesse na própria situação de isolamento e distância das relações sociais de poder (Coutinho, 2000, pp. 24-28), com os quais estava comprometido. Desse modo, o intelectual poderia cultivar na criação cultural ou artística a sua própria intimidade, dando expressão a ideologias ou a estilos estéticos que lhe pareciam mais adequados à sua subjetividade criadora, sem contudo aproximar-se dos problemas efetivos do Estado-nação.

Segundo Coutinho (2000, pp. 25-26), essa *apologia indireta* da realidade parecia ser a mais forte característica da cooptação intelectual brasileira, procurando justificar a estrutura social mediante a mistificação ou o ocultamento - senão pela afirmação de sua imutabilidade, devendo por isso mesmo ser resignada. Para esse mesmo autor, assim, o *romantismo* serviria como estímulo à evasão e à subjetividade, enquanto que o *indianismo* funcionaria como uma maneira de deixar à sombra a questão escravocrata.

Para Coutinho (2000, p. 24), consistia em pré-requisito à questão intelectual a possibilidade de desfrutar da ociosidade - traço de distinção e de *status* superior que servia de disfarce para a situação de dependência dos intelectuais. Assim, o legado colonial literário e intelectualista permaneceria como um distintivo de classe a repugnar *as calosidades do trabalho técnico e braçal*.

Sem vínculos com um público vasto capaz de remunerá-lo, o intelectual não pode fugir ao apoio e estímulo do Estado e dos pequenos círculos. Observa-se, desde então, a supressão dos tradicionais confins entre os intelectuais e o poder. Desde o Império (estendendo-se, mais do que nunca, na República), com o crescente número de bacharéis e doutores, multiplicados ano a ano, a classe



intelectual, confrontada pela ameaça da perda de seu *status* social (Azevedo, 1996) , procura encontrar meios de subsistência nas atividades governamentais e administrativas.

Em estudo sobre as relações entre os pensadores e a classe dirigente brasileira, Sérgio Miceli (*apud* Carreta, 1999) identifica nas profissões intelectuais um refúgio reservado aos herdeiros das famílias emergentes, pertencentes à fração intelectual das classes dominantes e, sobretudo, aos filhos das famílias em declínio, de longa data especializadas no desempenho de cargos culturais e políticos de maior prestígio.

As relações que os intelectuais mantêm com o Estado, procurando aperfeiçoar seu poder de influência, não se reduzem apenas a tais estratégias de sobrevivência. É que, ao professarem uma ideologia do Estado - muito embora, lembre-se, não dispusessem de um princípio de identidade que os remetesse a um vínculo institucional - conjeturaram ao mesmo tempo tanto uma estratégia de preservação de suas posições junto às elites dirigentes como conversora da teoria à ação política (Pécaut, 1990, pp. 19-22), rumo à construção de uma identidade coletiva.

## 5 DO NACIONAL-POPULAR AO NACIONAL-MODERNO: CONTRADIÇÕES E CONFLUÊNCIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

É com o *romantismo* que se delineiam as principais características (*primitivistas, puristas e comunitaristas*) do que se concebe chamar de *cultura popular*, com vistas a alcançar o ânimo nacional, ao expressar a retomada de manifestações espontâneas do espírito popular (pré-capitalista)<sup>12</sup>. Trata-se da romântica concepção do povo sensível, simples, iletrado, comunitário, irracional, puro e instintivo, enraizada em razões estéticas, intelectuais e políticas.

Esteticamente, é a resposta do Romantismo ao classicismo, a revolta da natureza contra a *arte*. Intelectualmente, é a resposta dos sentimentos contra o racionalismo ilustrado, a revolta da tradição contra o progresso das Luzes, do sobrenatural e do maravilhoso contra o *desencantamento do mundo*. Politicamente, é a reação contra o império napoleônico, a afirmação da identidade nacional contra o invasor estrangeiro: a cultura popular ou o popular na cultura torna-se alicerce dos nacionalismos emergentes (CHAUÍ, 1987, p. 19).

A nacionalidade é, então, pensada como resultado das condições naturais da natureza triunfante, prodigiosa e abençoada (Lippi Oliveira, 1990, p. 19), em garantia de um futuro promissor e independente dos regimes e das querelas partidárias. Vigente desde o final do século XIX, tal ideologia (ufanista) procura pensar a nacionalidade não como resultado dos regimes políticos, mas como fruto das condições geográficas e naturais, no que a natureza prodigiosa e abençoada haveria de garantir um futuro promissor para além (e independente) das questões sociais, políticas e religiosas.

Com sua forma de interpretar a nação, elevando as suas qualidades étnicas e naturais, o *ufanismo* nacional esteve, assim, largamente representado na cultura brasileira, fazendo-se presente em construções simbólicas que vão do movimento romântico à segunda fase do movimento modernista.<sup>13</sup> Era, portanto, apresentado à parcela (essa) da intelectualidade brasileira, neste peculiar momento

<sup>12</sup> Guardiã da bondade natural e da pureza de sentimentos populares, o romantismo vai buscar nas raízes culturais a auto-afirmação da identidade nacional (CHAUÍ, 1987, p. 20.): se na Europa seriam resgatados os hábitos dos camponeses, na América-Latina seriam as tradições indígenas.

<sup>13</sup> A ficção da autoria de Lima Barreto parece bem expressar uma crítica ao movimento nacional-ufanista, representada pela personagem *Policarpo Quaresma*, à semelhança do que ocorreria ao polêmica *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato, como se constata nas mais diversas passagens das obras *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Urupês*, respectivamente.

histórico, o desafio de identificar os vínculos apolíticos, de natureza cultural, que pudessem dar corpo à idéia de nacionalidade, no âmbito das mais alarmantes diferenças encontradas na tessitura social.

E é na tentativa de constituir uma nação que a especificidade nacional seria glorificada, dando lugar a exaltações de origem *tupi* que, adotadas por diversos escritores do período<sup>14</sup>, atribuiriam uma prodigiosa força e bondade ao brasileiro, aliadas a sentimentos de humanidade, cordialidade, espírito fraterno e capacidade para o trabalho.

Com a recente estabilidade política e financeira, obtida mediante a entrada do café brasileiro no mercado nacional, convertia-se no centro das atenções: o maestro da cena cultural, o pêndulo das decisões políticas. É esse o momento em que o imperador assumirá uma postura mais ativa junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e procurará formar uma geração de intelectuais e artistas tão jovens como ele, que passarão a refletir uma nacionalidade brasileira. É a época do indigenismo de fundo romântico, dos quadros grandiosos da Academia Real de Belas-Artes, dos exames no Colégio Pedro II. O Imperador transforma-se aos poucos em um *monarca tropical*. É isso que mostra a bela caixinha, que divulgava no cotidiano a representação de um Império de símbolos cruzados: d. Pedro II no centro, de um lado a indígena, de outro a civilização (SCHWARCZ, 1998, p. 100).

A representação do indígena como raiz de nossa gênese nacional, contudo, não se confunde nem se esgota com o movimento romântico, eis que também reaparece em manifestações artísticas posteriores para ganhar destaque, a partir de 1922, nas obras de Oswald e Mário de Andrade, entre outros. Neste ínterim, a intelectualidade que acompanha a queda da monarquia demonstra preocupações sobre o destino do país, cuja nacionalidade estava edificada *sobre* o povo, no sentido da possibilidade de tal destino ser limitado pela constituição étnica da nação (Lippi Oliveira, 1990, p. 191) - idéia essa oriunda das teorias européias de traço evolucionista, que apregoavam a superioridade racial e o desprezo à miscigenação.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> A guisa de seu maior expoente, José de Alencar (*Iracema, O guarani*), que procura criar a imagem de uma raça heróica que representasse as origens do brasileiro, por meio de uma idealização física e psicológica do indígena. Observa-se, ampla e sucessivamente, a produção literária brasileira de cunho temático indigenista em Basílio da Gama e Gonçalves Dias, entre outros. Cf. FARACO, Carlos Emílio. Moura, Francisco Marto. 9. ed. 2. vol. **Língua e Literatura**. São Paulo: Ática, 1990. pp. 34-127.

<sup>15</sup> Lippi Oliveira (1990, p. 191) também faz notar que, diferentemente dos intelectuais cientificistas, tantos os conservadores católicos quanto os republicanos radicais recusam o evolucionismo de base biológica.

Tomadas como modelo as nações civilizadas da Europa, muitos intelectuais limitam-se a realizar estudos comparativos que, não raras vezes, resumem-se em sentimentos de impotência e indignação. Para Luciano Martins (*apud* Carreta, 1999, p. 59), há vaga idéia de reformas modernizantes, porém o meio para torná-las efetivas não é claro: ao mesmo tempo em que se dispõem para a ação, os intelectuais brasileiros são acometidos de um desalento frente à constatação de atraso em relação à Europa.

Daí imergirem perspectivas sobre o saber científico que identificam nos aspectos étnicos e sociológicos algumas explicações para os problemas sociais enfrentados pelo país, comprometendo os alicerces nacionais. Preocupado em resolver o atraso brasileiro, esse *pensamento cientificista* marca presença no campo ideológico das campanhas sanitárias às reformistas, imbuídos de premissas deterministas, assentadas sobre o evolucionismo biológico.

No ancoradouro do elitismo nacional, são justapostos aos ideais nacionalistas uma série de argumentos cientificistas e biossociológicos em oposição à razão iluminista. Como exemplo dessa produção teórica podem ser citadas as obras de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso, Azevedo de Amaral, Sílvio Romero, Euclides da Cunha<sup>16</sup> e Graça Aranha, por suas teorizações de cunho autoritário e racista, refletindo as idéias de intelectuais europeus como Darwin, Spencer, Gustav Le Bon<sup>17</sup>, Lapouge e Glumpowicz.

---

<sup>16</sup> *Os sertões* realiza esta transfiguração de maneira afirmativa e figurativa, em que o percurso da representatividade passa por uma visão fragmentada e contraditória, procurando alcançar uma realidade subjacente, homogênea e unitária transfigurada na paisagem, em consonância com os dilemas das personagens. Ao problematizar as representações do Brasil para renovar a expressão dos aspectos geográficos e sócio-culturais de nossas paisagens físicas e humanas, considera-se a projeção da narrativa euclidiana no Modernismo como a primeira grande interpretação do Brasil a partir dos contra-sensos de sua formação e de seus paradoxos sociais. Esse embate no interior do texto, entre a ciência e a arte, instaura um novo lastro para interpretar e apresentar a realidade nacional a partir de suas antinomias - abordagem essa alcançada de forma especial na segunda fase modernista. Cf. AMARAL, Ricardo Ferreira do. **A reinvenção da pátria**: a identidade nacional em *Os Sertões* e *Macunaima*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2005. p. 112-316.

<sup>17</sup> Gustav Le Bon identificava o indivíduo isolado como o único capaz de exercer a sua racionalidade. Como resultado de um comportamento político irracional, associava o coletivo à perda da vontade própria pelo cidadão e ao descontrole sobre os seus instintos mais primários, em prol de um líder ou dirigente político. Influenciadas pelo evolucionismo biológico e social transplantado do campo biológico por Darwin e Spencer, essas teorias científicas de superioridade racial (e cultural) dão suporte ao paradigma eurocêntrico do final do século XIX. Cf. Matamala *apud* Evenice Santos Chaves. In: Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. Maringá, **Psicologia em estudo**, v. 8, n. 2, p. 33-34, jul./dez. 2003.

A intelectualidade brasileira do final do século XIX, atualizada com o mundo europeu e que acompanhou a mudança do regime, compartilhava de um outro assumido pessimismo mais forte, que deixou marcas profundas no pensamento brasileiro. Era o questionamento sobre o destino do país, construído sobre uma doutrina que postula as diferenças raciais. Era o evolucionismo, que se assentava sobre a desigualdade das raças, o mal da miscigenação e a superioridade do branco (LIPPI OLIVEIRA, 1990, p. 191)

Sob uma perspectiva complementar, Octavio Ianni (1979, p. 429) afirma que o pensamento brasileiro, ao longo do século XX, esteve fascinado por dois grandes problemas, não poucas vezes associados ao *ufanismo* e ao *cientificismo*: a questão nacional e a modernização. Ditos fenômenos predominam praticamente sobre todos os outros, quando não os englobariam, pura e simplesmente. Simultaneamente, ao longo das primeiras décadas do vigésimo século, tornar-se o capitalismo o modo de produção dominante, com a introdução de novas classes e camadas sociais que emergem do campo político, provocando severas rupturas numa sociedade eminentemente agrária.<sup>18</sup>

(...) Não se tratava, pois, de uma limitação pessoal, mas, antes, de uma imposição derivada do próprio caminho através do qual o país chegava ao capitalismo, bem como do estágio em que se encontrava esse desenvolvimento na Segunda metade do século XIX. O prussianismo predominante, ao modernizar em termos conservadores a economia e a sociedade, dificultava a formação das bases sociais (capitalistas) a partir das quais não só as idéias entrariam no lugar, como a cultura nacional encontraria novas e melhores condições para um desenvolvimento coerente e original, assimilando crítica e criadoramente as expressões intelectuais de origem européia (NOGUEIRA, 1984, p. 64).

Na medida em que se desenvolve o mercado brasileiro, surgem os primeiros vestígios de um sistema cultural (Coutinho, 2000, p. 23), ainda que resistente a certas manifestações liberais, em vista de suas reminiscências eminentemente elitistas e ornamentais. O desenvolvimento dos centros urbanos, da indústria e do comércio, bem como o progresso das comunicações, tornam ainda mais complexas as relações sociais, favorecendo assim o surgimento de novas estruturas culturais.

Já no advento da Primeira República, a literatura espelha uma postura diferenciada dos intelectuais, preocupada com viabilidade nacional. Na raiz de uma cultura elitista, o nacional-popular

---

<sup>18</sup> Com o início das lutas operárias e as agitações nas camadas médias, surge um germe do que se poderia chamar de sociedade civil. A respeito do mesmo período histórico, vide, entre outros, José Murilo de Carvalho. **A formação das Almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

busca aproximar o distanciamento dos intelectuais para com as classes subalternas, por meio das vanguardas artísticas. As crises política e econômica na República dos Conselheiros, resultante de artifícios ora inflacionários, ora de recessão, dos Ministros Barbosa e Murinho, induzem a uma aspiração social de segurança e modernidade, no que os primeiros governos buscam a recuperação das finanças e da imagem do Brasil no Exterior.<sup>19</sup>

Disso resultam novos hábitos culturais e de consumo, marcados pela sedução à maquinaria que, por sua vez, projeta novas influências na modelagem, saneamento, arquitetura, música e literatura. Para Renato Ortiz (1989, p. 149), a literatura sobre a sociedade em ingresso à industrialização nos remete ao problema da integração dos membros da sociedade no capitalismo avançado, assumindo a característica de despolitização das massas. Elementos dessa tendência funcionam, dessa forma, como meio de ajustar os indivíduos à sociedade moderna, confusa e esquizofrênica, num processo que a vincula à própria lógica da indústria cultural.

De fato, as primeiras décadas do vigésimo século foram marcadas por um notável desenvolvimento técnico e científico, criando novas maneiras de pensar e um novo ritmo de vida para a humanidade<sup>20</sup>. Este foi também um período em que a elite intelectual volta seus olhos (e coração) para a Europa (Oliveira, p. 191), tornando-se íntimos conhecedores das civilizações francesa e inglesa<sup>21</sup>. Compreendida nesse decisivo momento histórico, essa geração de intelectuais busca legitimidade para a sua pretensão de estruturar política e culturalmente a massa amorfa, reivindicando a qualificação necessária para esculpir os sentimentos e expressões nacionais, presentes na rocha bruta da tradição popular.

---

<sup>19</sup> Também conhecidas como de *Encilhamento* e *Funding Loan*, respectivamente Cf. COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>20</sup> Trata-se da *Belle Époque*, marcada pela literatura diletante, pelo profissionalismo dos literatos, pela exaltação da máquina, da velocidade e das novas conquistas do século XX.

<sup>21</sup> As correntes do Realismo e do Naturalismo assentam o dilema entre o anseio do intelectual em interferir na ordenação de sua comunidade de origem e o impulso de colaborar para a composição de um acervo literário universal. Ambas as Escolas, porém, tendem a restringir as condições da miséria brasileira a condições naturais e étnicas, como escusa dos (i)modificáveis aspectos histórico-sociais que estariam na raiz dos problemas. Cf. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 22.

Mediante a operação ideológica de reduzir o popular ao nacional, a humanização da intelectualidade vai ao encontro dessas massas para interpretar a sua rude cultura, eliminando assim a necessidade de enfrentar a sua complexidade. Porém, segundo Marilena Chauí (1981, p. 43), quando *o do povo* ruma para o *popular*, o adjetivo tende a deslizar para um outro (adjetivo) que encobre efetivamente a contradição e a luta. A partir daí, a ênfase no adjetivo *nacional*, cuja peculiaridade consistiria em deslocar a luta interna e a contradição para um ponto externo à sociedade, permite (a esta última) ver-se imaginariamente unificada.

Em notas sobre as artes do povo e sobre a estética da representação popular, José Antônio Pasta Júnior procura esclarecer esse mesmo *espírito de solidariedade* dos intelectuais para com as massas amorfas, de forma que o impacto inicial, como um conjunto de diferenças culturais que são por demais evidentes, leva (o intelectual), freqüentemente, a atitudes extremadas, senão vejamos:

O intelectual não encontra refletido o seu próprio rosto ou o encontra em desfiguração. Desde a recusa integral dessas produções culturais (deformação, fala de escravos, insuficientes, limitadas ou incapazes de totalização, miseravelmente presas ao empírico, etc...) até o entusiasmo fácil pela pujança cultural popular, passando por uma ladainha de lamúrias e um vale de lágrimas pelo sofrimento do povo, podem-se encontrar discursos de vários tom, mas cuja crueza e freqüente patético dão testemunho da densidade político-ideológica da questão, da cerrada batalha que em seu espaço se fere (PASTA JR., 1992, p. 59).

Todavia, antes de pensarem a nação, os intelectuais do regime (republicano) buscam definir sua própria identidade e campo de atuação, porquanto (são) incapazes de propor quaisquer projetos para uma nova sociedade; resumindo-se a sua produção teórica a apontar as mazelas brasileiras, sem propor modos de saná-las. Daí questionar Luciano Martins (*apud* Carreta, 1999, p. 75) fatores que informam a atuação de uma *intelligentsia* em direção ao Estado, ligados a reformas do ensino e à criação de um campo cultural próprio (aos intelectuais), que redundaria na ampliação do público leitor e na facilitação das atividades políticas.

Famintos pela modernização do país e pela construção de uma identidade coletiva (Sevcenko, 1986, p. 85), os intelectuais do novo regime ou inclinaram-se à criação de um novo país (cuja glória residiria num futuro próximo), ou mergulharam na *realidade nacional*, a fim de produzir maiores

conhecimentos sobre o mesmo. De qualquer sorte, as propostas *nacional* e *modernista*, sejam elas marcadamente políticas, sejam marcadamente estéticas, tendem a se (auto)imbuir de uma missão salvadora (Lippi Oliveira, 1990, p. 189), acentuando uma glória passada a ser respeitada, ou mesmo uma futura a ser construída.

As obras produzidas na Primeira República também permitem caracterizar o perfil de uma geração de intelectuais que, procurando adaptar o Estado brasileiro às novas exigências do desenvolvimento capitalista, manifestou-se por uma centralização capaz de consolidar sua ordem e unidade política. Percebida como a única força capaz de sustar o processo de desagregação social, a idéia de fortalecer o Estado antecipa, desse modo, muitas das medidas políticas incorporadas pelos agentes políticos na década de 1930.

Um dos mais importantes temas que surgem do relacionamento entre o nosso modernismo e as vanguardas européias é o do nacionalismo. A leitura dos documentos e obras literárias da fase heróica (1920-1930) revela terem sido múltiplos os caminhos de desenvolvimento desta questão, assim como foram inúmeras as interpretações do significado do nacionalismo, fornecidas naquele momento. Neste tema se embutem não só questões de ordem estética, como o repúdio às formas consagradas pelo academicismo parnasiano e naturalismo; como também questões primordialmente culturais, como a da discussão da dependência brasileira das matrizes da colonização européia; até gravíssimas questões políticas, como a do elogio e do veto à concepção do Estado como instituição necessariamente forte e centralizada (HELENA, 1996, p. 8).

Crítica das situações do passado e do presente, essa intelectualidade coloca-se como responsável pela modificação do país, quer pela via autoritária e intervencionista, quer pela via moralista e conservadora. Da reforma agrária (Martins de Almeida) à utilização de corporações para representar e organizar a nação (Oliveira Vianna), à reconstrução via leis (Francisco Campos), à industrialização (Azevedo Amaral) e à moralização (Jackson de Figueiredo), cabia fundamentalmente à elite intelectual a construção da nacionalidade (Sadeck, 1983, p. 444).

Aspecto bastante característico entre os intelectuais que integraram a primeira república é a necessidade sociológica de conhecer a realidade nacional e formular alternativas para o saneamento de seus maiores problemas, não raras vezes por meio de soluções de forte tendência antiliberal e antidemocrática, em vista de um Estado centralizado, tutelar e não mobilizador.



Acentuados os contrastes da sociedade brasileira e a oposição entre pólos sociais nas mais diferentes revoltas que eclodiram no Brasil<sup>22</sup>, aliada à emergência de uma nova classe social formada pelos assalariados, revela-se o interesse de muitos escritores de analisarem a realidade brasileira de sua época a partir da centralização do Estado. Dessa forma, a literatura incorpora as tensões sociais do período e a emergência do estilo autoritário, de maneira que o escritor não anseia mais a idealizar a realidade, mas denunciá-la, na tentativa de esboçar um primeiro retrato do país, a partir de uma intervenção estatal.

Despreocupada com uma melhor organização do eleitorado, a atividade intelectual no país deve ser guiada por um projeto político de construção de um bloco de poder que propõe um necessário *consenso autoritário* para a edificação de uma identidade nacional inserida no mundo moderno. Tendo como imperativo a formação de uma consciência nacional, muitos pensadores encontram respaldo nas obras de Alberto Torres (1865-1917), precursor teórico da primeira geração de intelectuais republicanos, que defendeu o critério nacional como o único capaz de criar uma séria política de desenvolvimento da nossa cultura<sup>23</sup>.

Por meio de um viés ideológico nacional-estadista<sup>24</sup>, pretende-se dar respostas às questões de organização de poder do país através da dissociação do pensamento liberal clássico: um autoritarismo elitista acompanhado, flagrantemente, por matizes de desprezo pela democracia representativa. Não por acaso que os partidos políticos e o processo eleitoral do regime republicano, em sua totalidade, são

---

<sup>22</sup> Guerra do Contestado, Revolta da Chibata, Revolta da Vacina, Greves operárias, aliadas aos fenômenos sociais do cangaço e religioso, centrado na figura do Padre Cícero.

<sup>23</sup> *Somos um país novíssimo, sem raça própria, sem nacionalidade, sem caráter: das tendências e da educação que lhe (à população) for sendo dada depende todo o seu futuro.* Cf. TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Brasília: UNB, 1983, p. 94. Coincidentemente ou não, outras gerações de intelectuais brasileiros, ao longo do século XX, também elegeriam o *nacional* como critério de legitimidade e de autenticidade. Sobre o mesmo tópico e autor, vide também **O Problema Nacional Brasileiro** (1915).

<sup>24</sup> Para Lucia Lippi Oliveira (1990, p. 189), esse nacionalismo nada mais seria do que uma representação ideológica de identidade e alteridade, preocupada em definir traços específicos de um povo e de suas diferenças frente aos demais, cuja importância tende a ser proporcional ao fracasso da política em construir uma coletividade com sólidos laços de solidariedade nacional. Desse modo, afirma que nas sociedades em transição para um mundo industrializado, em que predomina a mobilidade vertical, diminuída seria a importância dos traços naturais em relação ao exacerbado papel da identidade construída a partir da ação política do Estado, tendente a tomar como eixo central a identidade cultural a partir do Estado novo.

também objeto de crítica e desconfiança por parte de Alberto Torres, para quem a real democracia somente se erige como obra da *opinião esclarecida*:

O regime de opinião depende de um certo grau de cultura e de um grau maior de civismo. Possuímos ilustração em escala mais elevada do que a civilização. Ao passo que nosso povo conta uma imensa massa de analfabetos e, sem incluir os indígenas, de indivíduos ainda em estado, material e moral, de selvageria, o número dos intelectuais é avultado, e notável a elevação de seu preparo. Mas, no intelectualismo, a forma erudita e ornamental predomina sobre a forma intensa e raciocinante. (...) Para a realidade do regime representativo, no sentido de expressão da natureza mental do povo, é indispensável que se forme correntes de opinião; para que estas se formem, é necessária a existência de um centro, ou de centros de intelectuais ativos, operando com energia e com liberdade. Os partidos e agrupamentos políticos são forças de repulsão das personalidades definidas e de esmagamento da liberdade de pensar (TORRES, 1983, pp. 90-91).

Apoiando-se no confronto de um Estado incapaz de constituir uma nação, autores<sup>25</sup> como Oliveira Vianna, Paulo Prado, Mário de Andrade<sup>26</sup> e Alcântara Machado colocam-se a serviço da construção de uma nacionalidade brasileira, visando a utilizá-la como instrumento de transformação sócio-política. Preocupada com a construção do Estado-Nação, essa visão política assume a posição de *construtora por excelência da coletividade*, baseando-se nos traços que definem a identidade de um povo e o diferenciam dos demais.

Por conseguinte, fundem-se o cultural e o político para a construção da nacionalidade a partir da ação política intelectual, no que nos parece bastante elucidativa a doutrina de Bolívar Lamounier, ao afirmar que a formação de uma ideologia de Estado, no caso brasileiro, é indissociável da assimilação pelas elites intelectuais de um conjunto de idéias sociológicas que se convencionou chamar de profascistas:

O ideólogo anseia pelo fortalecimento do Estado a fim de organizar e dar direção harmônica à sociedade, e entende que este projeto, necessariamente altruísta e racional, requer somente a

<sup>25</sup> Respectivamente, *Evolução do Povo Brasileiro* (1923); *Macunaíma* (1928); *Retrato do Brasil* (1928) e *Vida e Morte do Bandeirante* (1929).

<sup>26</sup> Nesse sentido, Macunaíma procura a superação da lógica do tempo e do espaço instaurando o lendário primordial. Obra maior do nacionalismo modernista brasileiro, combina o vanguardismo buscado nas artes européias com a idéia de *redescobrimto do Brasil*. Investiga, desse modo, o sentido da brasilidade pela perspectiva mítico-folclórica, procurando submergir a linguagem na cultura popular e, por essa perspectiva, constitui as contradições que opõem o rural ao urbano, o mato à cidade, a civilização à barbárie, o autêntico ao postigo, o arcaico ao moderno. Cf. AMARAL, Ricardo Ferreira do. *op. cit.*, pp. 212-234.

persuasão das elites e um emprego limitado e temporário da força, até criar condições objetivas para o esclarecimento dos menos esclarecidos. (...) A mudança política aparece assim como ato de vontade. A premissa elitista dissolve a oposição abstrata entre a mudança efetiva pela via da preparação gradual de uma nova hegemonia e o mero voluntarismo golpista: o essencial é que a mudança resulte de um consenso intelectual *inter pares* (LAMOUNIER, 1985, p. 370).

Presas nas artimanhas das oligarquias, a Primeira República mostrar-se, por esses mesmos motivos, frustrante ao sonho de reformas que, embora desejadas, não sabiam ser precisadas, nem mesmo executadas pelos intelectuais. Prado (1983, p. 8) adverte, também, para o confronto de uma crise de hegemonia, decorrente do abalo das oligarquias no quadro institucional aberto com a república e para a crise de linguagem imposta pela consciência amena de atraso que procura recobrir o mundo pela retórica triunfalista e tendenciosa.

Vale citar, ainda, que após a primeira guerra, tanto o *ufanismo* quanto o *cientificismo* já vinham recebendo severas críticas, enquanto modelos ultrapassados de identidade nacional. A guerra de 1914 toma de incertezas o cosmopolitismo dos cafés e salões literários, sendo a Europa questionada como padrão de cultura e modelo de civilização<sup>27</sup>.

Inicia-se, então, uma luta contra o passado comum a várias correntes do pensamento - rumo à construção do moderno - em que as condições naturais do território e das raças não mais são suficientes para garantir, per si, uma interpretação positiva do *ser nacional*. Nessa esteira, o *salvacionismo* seria determinante para o movimento de idéias que tinham como bandeira à crítica das elites políticas e intelectuais, por sua falta de consciência política.

---

<sup>27</sup> Passando a América a ser vista como alternativa aos tempos futuros. Segundo Alceu Amoroso Lima (*apud* LIPPI OLIVEIRA, 1980, p. 39), o impacto dos cinco anos de guerra, marcado pela tragédia, ódio e luta, levou o intelectual a *cair na realidade*, no que o espírito de decadentismo, de displicência, de ironia, de sarcasmo, de descrença, de cosmopolitismo cederia lugar ao idealismo, espécie de rejuvenescimento da geração: foi esse despertar, em retorno às raízes, que mais tarde iriam levar à reação modernista.

## 6 DA REVOLUÇÃO CULTURAL À BURGUESA: RUMO À CONSOLIDAÇÃO DE UM ESTADO-NAÇÃO

Nos anos 20, novos modelos de identidade nacional passam a coexistir (e competir) entre si. Várias respostas podem ser percebidas nos movimentos nacionalistas que ganham força no pós-guerra.<sup>28</sup> Trata-se de reelaborar novas bases para a nacionalidade que conseguissem superar o atraso e a consciência mimética (Lippi Oliveira, 1990, p. 182), caracterizada por seu compromisso com o passado.

E a modernização de nossa sociedade, se assim podemos dizer, começaria por volta dos anos 20, nas transformações do mundo rural e oligárquico em contato com as novas formas de aplicação industrial e monetária de capital. Essa nova sensibilidade é veloz, baseada no choque e na fragmentação dos laços culturais herdados e será muito mais nítida nos centros cosmopolitas, embora se irradie para outras áreas. Ainda que fossem incipientes essas transformações no panorama brasileiro da época, elas não só existem na prática econômica-política das alianças oligárquicas, como também começam a ser anunciadas pela produção literária do período, na tematização dos novos pactos entre o campo e a cidade, a indicar a progressiva ruptura dos alicerces de nossa primeira República. Estavam no ar os ventos de uma mudança econômica, política e cultural (HELENA, 1996, p. 13).

Emerge, nesse mesmo período, uma espécie de nacionalismo comprometido com a defesa das tradições, fundado no papel do catolicismo e da religião em prol da unidade nacional. Nesse sentido está o discurso reacionário de Jackson de Figueiredo, ao identificar o nacional com o passado católico, que se vê ameaçado pela influência americana, de tônica protestante.

Dentre as tradicionais correntes do pensamento na República Velha (liberais, militares ou positivistas), Figueiredo daria um princípio programático ao Conservadorismo Católico reacionário, a partir do qual se pode estruturar uma plataforma aglutinadora de ordem e autoridade. Do uso da

---

<sup>28</sup> Atentos, porém, aos acontecimentos sociais e políticos no período, que vão do centenário da independência à criação da Coluna Prestes, passando pelas greves operárias e pela atuação do Partido Comunista brasileiro.

maioria católica como instrumento político, num sistema jurídico e legal, inspira-se a principal vertente formadora da Ação Integralista Brasileira, na década subsequente.<sup>29</sup>

Uma reavaliação das influências europeias e diferentes versões nacionalistas também estão presentes no debate em torno da renovação das artes, articulado pelos intelectuais paulistas.<sup>30</sup> Buscando sua identidade entre o domínio estético e o político, os modernistas tentam criar uma cultura genuinamente nacional, inspirada nas vanguardas europeias.

Segundo Benjamin Abdala Júnior (1989, pp. 73-78), o modernismo no Brasil teve predominância sociolingüística, coligado a uma situação de conscientização político-social. Trata-se de prestigiar, assim como ocorre em Moçambique, Cabo Verde e Angola, um nível de fala de identificação coletiva. Essa predominância sociológica, ainda que se limitasse a termos lingüísticos, ficaria ainda mais latente na luta contra a convenção da norma culta da língua, identificada como padrão oficial.<sup>31</sup>

É desnecessário acentuar que o Modernismo, tendo recebido forte inspiração nacionalista e tendo renovado os estudos e a concepção acerca do Brasil, não logrou alcance sociológico na sua análise. Perseguido pelas novidades da cultura europeia, limitou sua visão do homem aos aspectos psicológicos do homem (Freud alcançava como um grande sol, com a sua resposta adaptada aos entraves psíquicos da sociedade protestante e puritana. Tal observação não constitui novidade, pois feita pelo corifeu do Modernismo, Mário de Andrade, que assinalaria isso com pesar em O movimento modernista: um documento de prestação de contas (LUCAS, 1985, p. 41).

Na busca de meios expressivos que inserissem o país na modernidade, as vanguardas (cubistas, surrealistas, futuristas e dadaístas) oferecem novas linguagens expressas por diferentes interpretações valorativas, influenciando a produção artística no país. Manifestavam-se nas letras e nas artes a

<sup>29</sup> Com base nas premissas Deus, pátria e família, cf. Integralismo. In. **Introdução ao Pensamento Político Brasileiro**. Brasília: Unb, p.78-113.

<sup>30</sup> Para uma melhor compreensão das relações entre artistas e mecenas nas décadas de 1920 e 1930, inclusive de suas contradições quanto ao processo de aprendizagem e absorção criativa das linguagens artísticas convencionais e de vanguarda, passando por concessões e negociações para a viabilização de seus projetos artísticos, vide MICELLI, Sérgio. **Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Muito além das escolhas estéticas que orientaram o panorama artístico no período, o autor busca revelar a orientação política ocupada pela intelectualidade no desenvolvimento das artes pictóricas, bem como suas íntimas relações de dependência para com as elites paulistas. Cf. FRANÇOZO, Mariana e ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. São Paulo, **Revista de Antropologia** (USP), v. 47, n.º 01, pp. 321-323. 2004.

<sup>31</sup> Daí defenderem os modernistas uma fala brasileira que pudesse concretizar-se como língua sem arcaísmos nem erudição, como expressão natural e neológica da contribuição de todos os erros.

exigência de outros modos de expressão capazes de representar a ânsia e o estado geral de angústia e inquietação do período. Refletiam, pois, as vanguardas, um conjunto de tendências que se opunham ao estilo artístico vigente (Tufano, 1988, p. 237), sendo associadas ao choque e à ruptura.

A par das especificidades desses manifestos artísticos, ganham destaque o desejo de superação do passado e a necessidade de reavaliar a influência européia. Preocupado em refletir a nação, o pensamento brasileiro nos anos 20 opôs-se à imitação, como vício impeditivo à construção nacional. Refere-se, também, ao mimetismo como questão de desenraizamento da intelectualidade brasileira, refletindo o conflito entre o pensamento cosmopolita europeu e o primitivo brasileiro.

Tem-se pois de 1922 a 1930 uma verdadeira tentativa de ruptura com o passado no que ele tem de anacrônico, obsoleto, não como o passado criativo que deu marcas notáveis já no século XIX e mesmo antes. Busca de ruptura com a política desligada do essencial, vivendo para favores pessoais sem o sentido de bem comum, ruptura com a arte e o pensamento convencionais, mera repetição de fórmulas aprendidas em livros do exterior. Sentido positivo, em parte conquistado. As simples palavras de crítica à rotina se transformam aos poucos em um entendimento mais verdadeiro do que é e deve ser a nação (IGLESIAS, 1993, p. 228).

A partir da semana de arte moderna torna-se possível, então, repensar a identidade, o itinerário e a função dos intelectuais que, por via indireta, acabam por legitimar as aspirações de direita presentes na Revolução de outubro de 1930. A concepção de um nacionalismo dirigido pela razão, e não pelo produto da afetividade individual, coexiste com a necessidade de superar a inferioridade para fazer imergir a sua vocação de domínio e autonomia intelectual.

Legitima-se, assim, o interesse das elites (intelectuais) em anular os vários desequilíbrios regionais para diluí-los num projeto de unidade nacional, aliado à missão burguesa em ascensão de impor as reformas necessárias. Essa plataforma ideológica expressa um plano governamental exigido não pela maioria da população, que se mantinha alheia aos centros de decisão, mas por um grupo de intelectuais imbuídos da missão salvacionista.

Tornar-se, assim, a Semana de 1922, a mais viva expressão desse sentimento de renovação na vida intelectual brasileira, ao contrapor os velhos modelos culturais, em busca de uma redefinição do

pensamento artístico. Com o conseqüente deslocamento do eixo da produção intelectual do Rio de Janeiro para São Paulo, fez-se (a Semana) marco simbólico da modernidade, ao informar o surgimento de novos atores políticos e o esgotamento do modelo oligárquico de agro-exportação.

Ganham também destaque os anos subseqüentes pelo rompimento de Graça Aranha com a Academia Brasileira de Letras, bem como pela publicação do Manifesto do Pau Brasil (1924), preso à idéia de um produto genuinamente brasileiro, propondo a valorização dos estados primitivos da cultura nacional.

O modernismo brasileiro identificado com a metrópole paulista vai, entretanto, produzir a reconstrução do país como um enorme mito, do qual Macunaíma, Martim Cererê e Cobra Norato são exemplos significativos. Os paulistas do modernismo enxergam o país como um mito enorme, profético, de que seriam símbolos seminais os totens amazônicos. (...) Na França de 20, ser revolucionário em literatura era liquidar os vestígios da cultura clássica-nacional e descer pelo poço do inconsciente; no Brasil-22, é liberar o poema dos metros e a prosa dos rituais escolares para explorar o legendário tupi – o nosso inconsciente. (Bosi *apud* OLIVEIRA, 1990, p.183).

Em perspectiva semelhante expressa-se o Manifesto Antropófago (1928), ao propor a devoração das técnicas importadas e a sua reelaboração com autonomia. Por fim, o conjunto de declarações nazifascistas do Nhanguaçu Verde-Amarelo (1926), que ao eleger a anta como símbolo nacional, tece críticas ao nacionalismo importado de Oswald de Andrade, em vista de um outro, identificado com o Integralismo.<sup>32</sup> A par dessas considerações, objetiva-se delinear alguns aspectos da lógica elitista, presentes no conjunto literário de alguns intelectuais brasileiros que mantiveram, no lapso histórico, uma estreita relação com as mudanças sociais e políticas, por diversas razões e meios, ditando os moldes culturais que se reproduzem no interior sociedade brasileira.

Ao lutarem pela mudança de valores estéticos, estariam lutando pela alteração dos padrões sociais e políticos. Daí a constatação de que as forças coletivas do movimento revolucionário modernista serem as mesmas do movimento revolucionário de 1930 (Lippi Oliveira, 1990, p. 194). Por esse mesmo motivo, o ano de 1922 é por muitos considerado uma data simbólica que antecipa a revolução

---

<sup>32</sup> Para aprofundamentos, vide TUFANO, Douglas. **Estudos de Literatura Brasileira**. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 1988. pp. 217-230. FARACO, Carlos Emílio. MOURA, Francisco Marto de. 9. ed. **Língua e Literatura**. São Paulo: Ática, 1990. pp. 60-69.

burguesa no Brasil, na medida em que o literato, possuindo maior capacidade e sensibilidade social e política, capta a necessidade inconsciente de renovação da sociedade brasileira.

Relativamente às causas dos eventos mais importantes na década de 30, relacionados aos golpes de Estado de 1930 e de 1937, destacam-se as abordagens do processo histórico que enfatizam múltiplos fatores determinantes (econômicos, políticos, sociais e ideológicos), sem privilégios ou exclusões entre si<sup>33</sup>. Para fins desse estudo, porém, destaca-se a ideológica dentre as diversas interpretações sobre a natureza da crise que precede a esses acontecimentos, procurando melhor compreender as manifestações elitistas no seio da intelectualidade brasileira.

A disposição de assumir um papel mais proeminente no processo político confere aos homens de cultura engajados a capacidade natural de exercer o domínio sobre as massas, encontrada tanto nos autores próximos ao movimento da renovação católica quanto nos do movimento integralista. Resulta dessa postura a idéia de civilizar pelo autoritarismo patriótico, associado à idéia de cultura nacional, em detrimento dos preceitos liberais.

Não obstante isso, para Lucia Lippi de Oliveira (1983), a tônica do discurso aliancista não encontra, num primeiro momento, receptividade junto à intelectualidade brasileira: se havia um desejo

---

<sup>33</sup> Segundo sistematização adotada por Maria Susana Soares (1983, p. 451), Nelson Werneck Sodré e Wanderley Guilherme dos Santos consideram a Revolução de 1930 como resultado da necessidade de adaptar o aparelho do Estado às novas exigências impostas pela expansão do sistema industrial brasileiro, cujo poderio econômico havia crescido à sombra do Estado oligárquico, exigindo maior participação política no aparelho do Estado. À semelhança desses autores que privilegiam o aspecto econômico, Hélio Jaguaribe delega à classe média maior importância política, na medida em que compreende a sua necessidade de acesso ao poder, mediante a expansão da burocracia pública, para proporcionar empregabilidade e controle político. Noutra perspectiva, a política, Barbosa Lima Sobrinho e Boris Fausto divergem quanto à classe ou fração que teria sido a vanguarda no processo revolucionário: para o primeiro, foi a ruptura da Aliança resultante da política dos governadores que levou Minas Gerais a procurar aliados no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraíba, visando a romper com a hegemonia paulista; para o segundo, as disputas (inter)oligárquicas não refletem apenas uma luta pela hegemonia política mas, principalmente, enfrentamentos a título de interesses econômicos contrários à política de proteção ao café. Virgínio Santa Rosa e Guerreira Ramos estão, por sua vez, dentre os principais representantes da corrente que explica a Revolução Burguesa por fatores sociais, ao afirmarem que as classes médias, em processo acelerado de empobrecimento, sustentaram o processo revolucionário por meio de articuladores (Tenentistas, etc.) de um decisivo enfrentamento que pôs termo à questão oligárquica, ao mesmo tempo em que questionava a democratização do voto mediante a reforma eleitoral, a liquidação da política dos governadores, a abolição da ditadura do executivo, a uniformização da justiça, a garantia de independência do judiciário e a liberdade de imprensa.



de transformação social, acompanhado pela procura de quais seriam as verdadeiras raízes da nacionalidade, não havia perspectiva de que tais mudanças devem ser dadas pela via revolucionária<sup>34</sup>.

Os intelectuais dos anos 20 viviam sob a égide de um pensamento cientificista, positivista, onde o que acontecia era o que tinha que acontecer, não sendo possível uma alteração brusca na ordem natural das coisas. Dentro deste estilo de pensamento, preconceituoso em relação à atividade política, não havia lugar para a proposta de uma ação revolucionária. A tomada de governo e a alteração do grupo detentor do poder não eram vistas como o caminho para a revolução com que sonhavam (LIPPI OLIVEIRA, 1983, p. 432).

Marcado por uma visão organicista, informada pela sociologia da época, o estilo de pensamento dos anos 20 pressupõe uma sociedade como um todo orgânico, onde é fundamental a presença de uma elite estratégica que arroga a si mesma o privilégio do poder<sup>35</sup>. Essa concepção traz consigo a idéia de dependência de uma estrutura estatal capaz de intervir em todo o organismo brasileiro, ao mesmo tempo à de que uma elite, composta pelos mais sábios e capazes, valendo-se ou não do Estado, deve coordenar o projeto de *salvação nacional*<sup>36</sup>.

Para Tereza Aina Sadeck (1983, p. 438), entretanto, a intensa produção intelectual e o efervescente debate ideológico que caracterizam o final dos anos 20 e o início dos 30 não podem ser reduzidos a um mero fenômeno de retórica, visto que objetivam influenciar o rumo dos acontecimentos, alertando sobre o que se percebia como problemático, ao mesmo tempo em que propõem um modelo alternativo de organização do Estado e da sociedade.

---

<sup>34</sup> Mais do que isso, a grande maioria dos intelectuais não participou nem aplaudiu a revolução: a redefinição do papel dessas elites confunde-se com a do Estado, vez que a suprema e única política nacional deveria ser realizada por meio dos órgãos estatais, pelos homens das elites dirigentes, na forma de sua organização pública.

<sup>35</sup> A análise de Bolívar Lamounier (1985, pp. 345-351) sobre a formação do pensamento político autoritário na Primeira República é amplamente acolhida pela doutrina ao esquematizá-lo em diferentes componentes ligados ao predomínio do princípio estatal sobre o de mercado; a visão orgânico-corporativa da sociedade; o objetivismo tecnocrático; a visão autoritária do conflito social; a não organização da sociedade civil; a não mobilização política; o elitismo e o voluntarismo como visão dos processos de mudança política e o Leviatã Benevolente.

<sup>36</sup> Nessa linha de argumentação, é interessante notar a relação entre a perspectiva que confere à elite um papel central e a visão determinista que a atrela a uma sociologia evolucionista, eis que os intelectuais dos anos 20 estão presos a uma ótica de que as transformações sociais são pensadas dentro de um quadro de referência mais amplo do que a esfera da ação governamental, em que a evolução da sociedade passa pela transformação do homem através da educação, da cultura e da transformação de associações. Caberia à elite um papel mais amplo do que o mero controle estatal, no que o projeto de *salvação nacional*, embora fundamentalmente cultural, não pode deixar de pensar novas formas de governo, que não

Sistematizadores de uma hegemonia de classe, constituem-se os intelectuais do período em peças centrais na elaboração de análises sobre a conjuntura social e política do país, assim como na formulação de propostas políticas ao longo da década de 1920 e 1930. Sob perspectivas diferentes, segundo a classe ou facção pertencente e de acordo com o nível de consciência, propuseram explicações e alternativas diversas para a situação social e política brasileira.<sup>37</sup>

Tais divergências resultam de inúmeros diagnósticos sobre a origem da crise e a perspectiva nacional, atribuídas ora a condições políticas, ora a condições culturais. De qualquer sorte, voltam-se suas preocupações comuns à unidade da nação, à incorporação de novos grupos sociais à arena política e à modernização institucional, procurando uma alternativa de substituição ao modelo liberal para o desenvolvimento do país.

Ademais, na medida em que o governo revolucionário afasta-se das propostas liberais, vai encontrando um maior número de adeptos e colaboradores. Desse modo, embora não tenha havido direta participação dos intelectuais nos acontecimentos políticos de 1930, o processo revolucionário pode ser largamente informado pelas inúmeras proposições literárias havidas no período, assim como pela cooptação de inúmeros representantes da classe artística aos quadros governamentais.

Com a Revolução de Outubro, intensificam-se ainda mais as trocas econômicas e culturais, criando-se novos valores portadores de inovações que, em vez de se reduzirem a manifestações eruditas, embebem-se na atmosfera política e social do período (Azevedo, 1996, p. 298). Tal renovação cultural, inaugurada pela Revolução burguesa, acaba por inaugurar uma importante etapa do desenvolvimento histórico nacional que se estende até 1945, no qual a sociologia aparece como uma ciência capaz de orientar o Estado e organizar a sociedade (Werneck Sodré, 1970, p. 64).

---

poderia ser entregue ao menos capazes. Cf. OLIVEIRA, Lucia Lippi de. As idéias fora do tempo. In: **Simpósio sobre a Revolução de 30**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 483

<sup>37</sup> O idealismo da Constituição (1927), de Oliveira Viana; O Brasil errado (1932), de Martins de Almeida; A desordem (1932), de Virgino Santa Rosa; Outras revoluções virão (1932), de Maurício Medeiros; Que somos? (1932), de Dormund Matins; Brasil desunido (1932), de Sud Mennucci; O sertão social (1933), de João Lyra Filho; Problemas do Brasil (1933), de Ary Machado Guimarães; Problemas do Brasil (1933), de Everardo Backheuser; A gênese da desordem (1933), de Alcindo Sodré; O Brasil na crise Atual (1934), de Azevedo de Amaral; Despertemos a Nação (1935), de Plínio Salgado; Problemas do nosso tempo (1935), de Hermes Lima.

O progressivo avanço nas relações de produção traz consigo novas demandas, guiadas pelos mecanismos que orientam a produção artística a uma exploração comercial. E, na medida em que se ampliam as atividades culturais, os exageros e cacoetes do movimento modernista parecem ser superados pela ficção nordestina, pelos documentários e pelo prelúdio do teatro brasileiro, contribuindo para o crescimento do público que, como em todas artes, estava restrito à pequena burguesia.

(...) A pequena burguesia é que ouve rádio, assiste teatro, lê jornais, revistas, livros, vai ao cinema e que constituirá largas audiências para a televisão. (...) Embora falte quantificar o que a simples observação permitiria constatar, parece certo que, exceto quanto ao rádio, que podia atingir realmente camadas diversas, as artes e as técnicas que as servem estão fora do campo de interesse da classe latifundiária, da maior parte da burguesia, que às vezes ostenta esse interesse, e particularmente dos trabalhadores, operários, semiproletários e os que trabalham a terra ou nela. (SODRÉ, 1970, pp. 65-66).

Ampliando-se a esfera do poder de atuação do poder público sobre a sociedade, deparam-se muitos intelectuais com mais do que uma oportunidade para empreender transformações gradativas na sociedade brasileira, seja no campo cultural, seja no campo político. Artífices da nova ordem social e política, encontram intelectuais e revolucionários pontos bastante aproximados: a necessidade de levar adiante o projeto salvacionista, ligado à construção de uma entidade capaz de abrigar sentimentos e manifestações da cultura nacional.

E não obstante as divergências doutrinárias existentes, também os intelectuais de 20 e 30 compartilham de um mesmo espírito ao formularem suas críticas que, como regra, investem-se contra as instituições republicanas e o modelo liberal de conhecimento: um sentimento de ceticismo e de conspiração em relação a fatores considerados determinantes ou desagregadores que afastam o país de sua verdadeira realidade.

Como forte reação ao constitucionalismo abstrato do século XVIII, são criticadas as instituições liberais porque responsáveis pela desorganização advinda do sufrágio universal, do sistema partidário e da excessiva autonomia dos Estados, bem como dos preponderantes interesses das oligarquias, classes e grupos de indivíduos. Com isso, a constituição republicana de 1891 é vista como reflexo mais completo do idealismo que se critica, sendo maculada de todos os inconvenientes encontrados no modelo liberal.

Aliado ao objetivo de *salvação nacional*, no qual os intelectuais detêm um papel decisivo na formulação das medidas a serem empreendidas no país, outra manifestação elitista bastante tradicional caracteriza a atuação dos ilustrados no período: o objetivismo tecnocrático. Nesse sentido, assume a sociologia uma valorização única - a de terapia social - pronta a eliminar as questões sociais de toda ordem.

Se a política suprema significava o estudo da resolução de problemas, esse estudo era identificado por sua vez com a sociologia. Daí a percepção do homem de Estado como sociólogo e da sociologia como meio de solucionar as questões da sociedade, de indicar a ordem a ela apropriada. Assim, a valorização da sociologia como uma espécie de socioterapia caracterizará a aceção prevalecente de política – política concebida, nas palavras de Alberto Torres, como superior às políticas doutrinárias e sempre falazes, dos partidos e facções (SADEK, 1983, p. 446).

Caracteriza-se essa compreensão das soluções nacionais, independente de preferências individuais ou partidárias, como uma operação meramente técnica e objetiva, almejante de um estado de racionalidade científico, de modo que se possa eliminar o jogo de forças sociais e dos partidos. Respondem, dessa forma, os intelectuais, na construção da realidade nacional, a uma questão que se esgota na técnica, orientando-se a política da boa administração não pela conciliação dos diferentes interesses que compõe a sociedade brasileira, mas por critérios objetivos através dos quais o Estado deve desempenhar sua função.

Repercute, porém, o modernismo, mais globalmente, na década de 1930, com a valorização de uma narrativa que visa a denunciar as problemáticas condições de vida de milhares de brasileiros. De caráter menos experimental e agressivo, característico da fase heróica, a narrativa ficcional terá ênfase nos conteúdos de base social, buscando encontrar, em síntese, a essência da nacionalidade brasileira.

## **7 DA NARRATIVA FICCIONAL AO ROMANCE PROLETÁRIO: O ENGAJAMENTO ARTÍSTICO, CONSTRUINDO AS BASES DO ESTADO NOVO**

Produto da fermentação ideológica gerada ao longo da década precedente, aliada às manifestações artísticas, ao processo de industrialização, à crise econômica de 1929, ao processo de industrialização e às conquistas sociais de alguns setores urbanos, concentram os anos 30 a mais rica produção da narrativa ficcional brasileira. Imbuída num panorama de reformas das vanguardas literárias, responsáveis pela renovação da linguagem artística, caracteriza-se essa espécie narrativa (Castello, 1983, p. 174) pela preocupação de um testemunho fidedigno e de uma ligação afetiva com o povo e seu drama social, em meio ao seu envolvimento nas estruturas tradicionais brasileiras, como vertentes de um fenômeno também conhecido por *brasilidade*.

Na década de 1930, o projeto ideológico modernista, com a intensidade da luta política que se trava após a Revolução de Outubro, agravado pelos extremismos partidaristas, é marcado por uma nova postura assumida pelos intelectuais brasileiros. Verificada a suspeita de que o movimento traz consigo uma atitude literária não serena e equilibrada, a radicalidade estética foi afastada em razão de uma interpretação mais verossímil do país.

A reflexão sobre as manifestações literárias traz consigo o desafio de desvendar o alcance e os limites circunscritos pela renovação artística e quais relações manteve com os outros aspectos da vida social, assim compreendida em seu sentido mais amplo. Decorre daí a necessidade de encarar o modernismo, sob suas múltiplas facetas, seja como uma proposição estética ligada à renovação da produção artística tradicional, seja como uma proposição relacionada a perspectivas políticas e de classe.

Essa ideologia do *país novo* serve à burguesia em franca ascensão, dentro da qual prevalece o otimismo em detrimento das críticas destrutivas: a consciência pessimista do subdesenvolvimento não mais se enquadra às circunstâncias de 30, porquanto aprofunda contradições insolúveis. Essa atitude também informa a incompreensão das mudanças políticas e sociais (Lafetá, 1974, p. 94) por grupos intelectuais que vêm modificadas estruturas basilares no âmbito cultural e político. Com isso, dá-se o

apelo ao engajamento artístico e literário pela necessidade de se voltar à problemática social brasileira, evidenciando a necessidade de mudanças no projeto de *salvação* proposto nas décadas anteriores.

Importa assinalar que o projeto ideológico correspondente, nos anos 20, à necessidade de atualização das estruturas, proposta por frações das classes dominantes, agora nos (anos) trinta transborda os quadros da burguesia em direção às concepções socializantes, ligadas à denúncia dos males sociais, descrição do operário e do camponês, bem como às posições conservadora e tradicionalista de direita ligadas à literatura espiritualista, essencialista, metafísica e reacionária.

Para Lafetá (1974), a diferença entre os projetos ideológicos das duas fases é demarcada pela consciência política de que, nos anos vinte, desfaz a idealização mantida pela literatura representativa das oligarquias cafeeiras e estruturas tradicionais, instaurando uma nova visão e linguagem, de ânimo empírico. Diferentemente, a politização dos 30 descobre ângulos diversos, preocupando-se com os problemas por meio de ensaios históricos e sociológicos, do romance de denúncia, da poesia militante e de combate, senão vejamos:

Não se trata mais, nesse instante, de ajustar o quadro cultural do país a uma realidade mais moderna; trata-se de reformar ou revolucionar essa realidade, de modificá-la profundamente, para além (ou para aquém...) das proposições burguesas: os escritores e intelectuais esquerdistas mostram a figura do proletário (Jubiabá, por exemplo) e do camponês (Vidas Secas) instando contra as estruturas que os mantêm em estado de sub-humanidade; por outro lado, o conservadorismo católico, o tradicionalismo de Gilberto Freyre, as teses do integralismo, são maneiras de reagir contra a própria modernização (...). A revolução de 30, com grande abertura que traz, propicia – e pede – o debate em torno da história nacional, da situação de vida do povo no campo e na cidade, do drama das secas, etc. O real conhecimento do país faz-se sentir como uma necessidade urgente e os artistas são bastante sensibilizados por essa exigência (LAFETÁ, p. 1974, pp. 20).

Enraizada nas revoluções política e cultural dos anos 20 e 30, a narrativa ficcional caracteriza-se pela superação do regionalismo descritivo ( de diversidade exótica de tipos) por outro de conceito cultural, voltado para o sentido de tradição e de análise das estruturas da sociedade rural brasileira, com abdicação de particularismos em prol de um sentimento de unidade social, cultural e política<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Segundo José Aderaldo Castello (1983, p. 173), voltar-se Gilberto Freire para as persistências e para a preservação ou para o simples registro memorialista de tradições, valores, hábitos e costumes gerados pelas nossas estruturas de raízes luso-

De outro forma, verifica-se no inconsciente literário manifestações simultâneas de muitos escritores em relação aos problemas nacionais - cada qual dirigido para as suas experiências locais ou regionais, mas com seus olhos voltados para a totalidade<sup>39</sup>. Surge, assim, nos anos 30, o chamado *romance proletário*, como forma de engajamento intelectual que exalta o drama das massas e das classes menos favorecidas - deslocando o foco das produções artísticas para as regiões mais pobres do país.

Agitam-se então esses problemas, intuídos, observados e analisados em suas especificidades e diversidades, para a composição, pela contribuição de todos, do painel complexo da nossa unidade e da sua identidade, sem disfarces e sem complexos, em que ao mesmo tempo a visão da contemporaneidade depende do reconhecimento das tradições. É o que se constata, tanto naqueles que atribuem às suas obras o exercício de uma função política, quanto naqueles que procedem com liberdade de criação. Mas, de qualquer forma, em uns como nos outros, denuncia-se a condição angustiante e injusta, seja do homem rural seja do urbano, de uma maneira geral das classes humildes, tornadas oprimidas e servis (CASTELLO, 1983, pp. 176-177).

Nesse contexto, o horizonte intelectual alarga-se para o âmbito maior da organização da cultura, cabendo-lhe, assim, responsabilidades que transcendem o plano meramente crítico que lhe é tradicionalmente reservado. A idéia de um projeto cultural que servisse de apoio à consciência revolucionária transforma, desse modo, tanto o escritor quanto os demais intelectuais, numa espécie de *novo alquimista* (Prado, 1983, p. 97) a quem está sujeita a redenção do homem brasileiro enquanto um *civilizado transplantado em terra bárbara*.

Essa concepção conduz à preocupação literária de apreender a condição nacional em sua *essência*, cabendo ao escritor a função de absorver esse universo num estilo próprio de interpretação. Dá-se, assim, a busca de um espírito de síntese que possibilite a preparação de uma nova elite dirigente capaz de assumir a tarefa de redefinir institucionalmente o país, no âmbito cultural e político.

---

africanas e americanistas. Retoma, também, sugestões implícitas n'Os Sertões, de Euclides da Cunha, para conceituar, social e culturalmente, o regionalismo, de modo a não mais apreender o caipirismo, o sertanismo, o tipismo, a cor-local, o linguajar ou os fatores locais, mas os traços culturais comuns ao TODO, apreendido nas diversidades correspondentes a espaços físicos condicionantes, na extensão de nosso *universo rural*.

<sup>39</sup> *A Bagaceira*, Ceará (João Miguel), *Meninos de Engenho* (José Lins do Rego), *Caetés* (Graciliano Ramos), *Cacau*, Suor, *Jubiabá*, *Capitães de Areia* (Jorge Amado); *Os corumbas* (Amando Fontes); *O quinze* (Rachel de Queirós)

E é justamente na dimensão ideológica de engendrar um *novo homem brasileiro*, disciplinar os sentimentos das massas, espelhar os traços genéricos do espírito moderno e orientar os movimentos sociais que a missão intelectual melhor expressa seu nuance elitista. Torna-se desnecessário identificar, assim, o ideário reformista da *brasilidade* como estruturador das teses integralistas ou mesmo como requisito de sua condição política, eis que as mais diferentes manifestações artísticas anunciadas no período procuram, como regra geral, harmonizar as aspirações do projeto intelectual com os objetivos da revolução política.

Orienta-se, com isso, a participação das minorias ilustradas pela tentativa de inversão da ordem para assimilar numa única doutrina a unidade nacional e a homogeneidade da cultura, convergindo para o projeto de brasilidade integral caracterizado pelo conservadorismo das instituições morais e religiosas, avesso à sistemática partidária. Não é, pois, por acaso, que se apóia Plínio Salgado nas contribuições literárias do movimento modernista para fundamentar as bases revolucionárias de seu programa: o ideário da Ação Integralista Brasileira atua nos planos espiritual mediato, voltado para a educação das massas destinada à transformação do Estado.

Das escaramuças da rua para a conversão, em 1932, na Ação Integralista Brasileira, e daí para o primeiro desfile dos camisas-verdes em 23 de abril de 1933, a trajetória da brasilidade integral viria a marcar o último passo da aventura revolucionária do grupo. Em um de seus últimos manifestos importantes, uma reunião de textos programáticos publicada por Plínio Salgado em 1935, será possível vislumbrar a permanência do fluxo contínuo que, d'Ameridional à Lanterna Verde, passando pela pregação anarquista de Elísio de Carvalho, pelo cosmopolitismo de João do Rio e a plataforma reformista do grupo de Graça Aranha e do Verd' amarelismo, manteve coesa a proposta de reformular as bases da via cultural e institucional da Nação, visando, de um lado, (sic) superar a nossa independência intelectual e política dos centros europeus e, de outro, projetar as forças da alma nacional redescoberta no espaço do Dia Novo que, da América Latina, iluminará a noite angustiosa que cai sobre o mundo (PRADO, 1983, p. 94).

Condizente com os manifestos modernistas, a literatura e as artes passam a integrar, ao lado de outros fatores, a expressão política da Nação, subordinando-se na ordem de um *Novo Estado*. Absorvida pela cúpula do processo hegemônico, cabe a essas elites ilustradas apontar um perfil nacional verossímil, ora pronunciando-se criticamente em relação às manifestações da década anterior,



ora omitindo-se frente às graves questões políticas que marcam a década de 30, sob o manto da neutralidade.

Ademais, o impacto da crise mundial de 1929, com a deterioração do câmbio, faz com que os livros brasileiros ganhem competitividade frente aos importados, influenciando na do trabalho intelectual (Lippi Oliveira, 1980, pp. 33-37). O nacionalismo ressurgiu, assim, como resposta à crise do mundo liberal, muito embora não haja uma outra (resposta) à consciência nacional. Além da referência ao aumento da produção literária e do público leitor, o estilo de pensamento e a argumentação ideológica estão relacionados à posição do intelectual na sociedade e às possibilidades de influência de seu trabalho.

Trata-se, assim, de uma imposição derivada do próprio caminho através do qual o país chega ao capitalismo, bem como do estágio em que se encontra esse desenvolvimento. A dinâmica do movimento literário é, assim, grandemente afetada pela transformação por que passa a indústria editorial, aumentando a capacidade de êxito na tarefa salvacionista de influir na formação de uma *intelligentsia* nacional.

O debate em torno da geração nos conduz ao tema da elite. Os autores que se ocupam dessa discussão pertencem a uma geração da elite intelectual brasileira que, além de estar preocupada em ordenar o mundo no plano das idéias, quer agir sobre a prática política. Ao elaborar um projeto nacional, esta elite está ocupada, também, em definir o seu papel no processo político. Escreveram, porque não puderam fazer ainda outra coisa senão pensar – diziam em 1924. Nos anos subsequentes a 30, os intelectuais estão desempenhando um papel no processo de juntar as pedras do Estado nacional. A natureza desta elite, a socialização a que foi submetida, os valores que adota e seu grau de coerência interna são alguns dos fatores mais importantes que definirão o resultado do processo de construção dos Estados Nacionais (OLIVEIRA, 1980, pp. 39-40).

Os aspectos mais evidentes do período são marcados pela função predominante das técnicas e dos meios de comunicação coletiva (imprensa, rádio, cinema e televisão), acabando por reproduzir uma cultura de massas (Werneck Sodré, 1970, pp. 71-72), cujas características essenciais são a homogeneidade do produto artístico, a baixa qualidade e a padronização dos gostos, idéias, preferências, motivações, interesses e valores.

As exigências de mão-de-obra qualificada para a sociedade capitalista em transformação colocam-se no recrutamento de pessoas capazes de corresponder aos anseios de uma complexa sociedade em industrialização. O fenômeno de massificação cultural também não é fortuito, sendo condição natural e necessária à sobrevivência ou ao prolongamento da existência das estruturas sócio-econômicas geradas pelo desenvolvimento capitalista.

O aparecimento e o crescimento do público, que passa a ser árbitro do sucesso, transfere esse poder de consagração àqueles que estão fora da atividade artística e não sofrem as suas injunções e competições. Na medida em que as criações artísticas se transformam em mercadoria e que, portanto, há consumidores para ela, são estes os juízes de seu valor. Com o desenvolvimento desse mercado, surge a possibilidade de forjar falsos valores, à base (dos intelectuais) da publicidade, aquilo que a chamada cultura de massa pode impingir. Assim, em seu desenvolvimento dialético, o positivo se torna negativo, o avanço se transforma em recuo (SODRÉ, 1970, pp. 66-67).

A sociedade de massas produziria a subordinação cultural e política ao controle científico (Cerroni, p. 130). Assim, a crescente incidência da técnica e da ciência sobre o processo de desenvolvimento acaba por resguardar funções políticas bastante importantes aos intelectuais: o modelo teórico elitista conduz ao subjugo cultural das massas, ao mesmo passo que o elemento intelectual assume sua função tradicional na política de interesses.<sup>40</sup>

Notadamente, foram elementos de capital importância na revolução de 30 o desejo por um Estado forte e autoritário, o clamor por sentimentos nacionalistas, a descrença na liberal-democracia, entre outros vetores do pensamento elitista aqui em estudo<sup>41</sup>. Assim, a ampla influência alcançada por essa orientação é necessária à compreensão de movimentos políticos da década de 1930 (como o

---

<sup>40</sup> Segundo Thomas Molnar (apud Souza, 1998, p. 1997), as verdadeiras elites sociais ver-se-iam suplantadas ou marginalizadas pelas *elites invisíveis*, que modernamente manipulam os meios de comunicação e, sob a máscara de bem geral, fabricam ídolos e astros de várias espécies, apresentados como modelos de consumo geral nos diferentes setores da vida humana e tudo isso alimentado por uma propaganda massiva e hipnotizante. A cultura elitista negaria a capacidade dos setores populares, reduzidos a uma massa sem voz e pensamento próprio, para criar autênticos valores artísticos, em nome do progresso e valores ocidentais.

<sup>41</sup> O romance nordestino bem expressa a descrença na liberal-democracia desencadeada, em grande parte, pela Crise mundial de 1929. A produção literária seria, assim, alimentada pelo subdesenvolvimento e miséria da região, associando-a à herança da cultura brasileira, latifundiária e patriarcal e ao espírito cumulativo do capitalismo incipiente, gerador de miséria e desemprego, isto é, do *exército de reserva* necessário às fases de prosperidade e à cobiça do lucro. Cf. LUCAS, Fábio. **O caráter social da ficção do Brasil**. São Paulo: Ática, 1985. p. 45

Integralismo), preparando a consolidação no poder dos representantes do positivismo castilhistas<sup>42</sup>, à frente Dornelles Vargas.

Assim, ao se colocarem à disposição para auxiliar no edifício das estruturas, sucumbindo aos empregos que lhes eram oferecidos, Sérgio Miceli (1983) demarca que muitos desses intelectuais contribuem para a reorganização do poder após a revolução de 1930. A crise da ordem oligárquica trazida pela Revolução de 1930 também reflete na elaboração teórica sobre a vida cultural e política do país, sob a perspectiva de uma *intelligentsia* nacional que se contrapõe aos ranços da historiografia oficial, produzida nos Institutos históricos e nas academias de província.<sup>43</sup>

A formulação de teorias sobre a nação brasileira, conduzindo-a a um projeto de sociedade assentada sobre novos valores voltados para a unificação nacional. A característica de *geração* funciona como um elo entre diferentes autores na tarefa de construir uma consciência nacional oposta à geração das primeiras décadas do século, assim como às elites políticas da Velha República, caracterizada pelo *ufanismo* e pelo artifício *cientificista*, tornando-se necessário desvincular-se das crenças e mitos para dar prevalência a uma suposta *realidade nacional* (Lippi Oliveira, 1980, p.38).

Nessa segunda fase do movimento, a associação da idéia de modernidade à assunção de valores nacionais assume não mais uma busca pela inserção imediata do país no mundo contemporâneo, mas sim pela exploração da diferença e da singularidade (Lippi Oliveira, 1990, pp. 183-185) que o fazem aproximar dos valores românticos. Disso resulta uma busca desenfreada por novas fontes de tradição e identidade que entram em competição pela construção do mosaico de cultura brasileira.

Preocupada em apontar as raízes do *animus* nacional, os intelectuais manifestam-se pela necessidade de renovação cultural nas mais diferentes áreas da escultura, literatura, pintura, música e

---

<sup>42</sup> Concepção política caracterizada por Ricardo Vélez Rodríguez (1980, pp.79-81), entre outros aspectos, pelo exercício da tutela moralizadora do Estado sobre a sociedade; pela pureza de intenções, austeridade e desinteresse pessoal – como virtudes supremas do político e pré-requisito moral de todo o governante, fundamentando-se o bem público na completa reorganização política e administrativa do Estado, sob a luz do preceito de *conservar melhorando*. Vide também Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha. *In Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília: UNB, 1982.

<sup>43</sup> MOTA, 1994, 33.

cinema, trazendo consigo alguns conflitos simbólicos. Por conseguinte, a ciência social conhece uma nova geração de intelectuais que se colocam em choque de avaliações nos movimentos artísticos, refletindo a necessidade de (re)construção nacional, mediante diferentes caminhos apontados pelos modernistas.<sup>44</sup>

Ascendem, nesse período, elites intelectuais conservadoras, expressas pelo grupo de escritores com maior expressão no período: os integralistas. Movimento capitaneado pela Ação Integralista Brasileira, formalmente constituída a partir do manifesto de 7 outubro de 1932, fora realizado por intelectuais das mais diversas correntes. Reação autoritária à difícil conciliação do liberalismo ao regime republicano autoritário, o movimento integralista surge como resposta imediata aos problemas que se colocavam à nacionalidade. Delineado por diferentes correntes do pensamento, esse movimento estava a exigir idéias de reformulação do liberalismo, em crise no plano internacional, buscando o equilíbrio entre o Estado e a sociedade brasileira.

O Integralismo, assim, não pode ser compreendido como um bloco monolítico, nem como uma única doutrina, porquanto consiste num aglomerado de idéias que não são consideradas em si mesmas, mas como ponto de partida para tentar a solução dos problemas permanentes com que se debate o liberalismo republicano (Barreto, 1989), sem encontrar uma *expressão intelectual que lhe desse ânimo para prosseguir*.

De qualquer sorte, os temas desenvolvidos na literatura por essas correntes de pensamento ocupam-se de temas comuns, ligados à formação das elites, ao legado das gerações è a crítica à liberal-democracia. Essa realidade está assentada em componentes nacionais até então ausentes na construção do país: a busca do inconsciente coletivo, visto que a formação do povo brasileiro, ainda destituído de uma identidade comum, é algo superior às tendências, aspirações e idéias de uma determinada classe, porquanto está assentada na sublimação de interesses particulares.

---

<sup>44</sup> O esforço para a criação de uma verdadeira universidade no Brasil, empreendido por muitos intelectuais no período, parece fazer parte desse projeto de modernização do país. Nesse sentido o estudo desenvolvido por CARRETA (1999, pp.12-45), para quem a universidade de ensino e pesquisa seria uma forma de produzir, a partir de métodos científicos, saber original sobre o país, de acordo com um mais amplo projeto de modernização e consolidação da cultura nacional.

O período que se estende de 1933 a 1937, também conhecido como o do *redescobrimento*, registra na sucessão de sua produção historiográfica o avanço de uma linha de interpretação da realidade nacional, semelhante a já delineada pela intelectualidade modernista. Trata-se da elaboração de estudos que se contrapõem às explicações oficiais autorizadas e de Varnhagem, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna (Motta, 1994, pp. 28-32), por um conjunto de autores que representa os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado<sup>45</sup>.

Nessa seara historiográfica também estão inseridas as obras de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, Alceu Amoroso Lima e Roberto Simonsen, que procuraram explicar as relações sociais a partir de bases materiais, apontando para a viabilidade da construção de um Estado-Nação, por meio da historicidade do fato social e econômico, em oposição à visão monolítica gerada no período oligárquico.<sup>46</sup> É também clássica a caracterização do *homem cordial* por Sérgio Buarque de Holanda (1936)<sup>47</sup>, ilustrando uma tentativa de delinear uma homogeneidade tipicamente nacional, baseada na prevalência dos comportamentos afetivos sobre os de cunho ritualístico:

<sup>45</sup> Amaral (2005, p.104-207) examina os desdobramentos da identidade nacional pela via literária a partir de *Os sertões*: Campanha de Canudos, de Euclides da Cunha, e seu impacto no Modernismo, ímpeto este verificado a partir da construção de *Macunaima*: o herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade. As duas obras são analisadas como integrantes do sentido de *brasilidade* predominante no século XX, constituindo sínteses, cada uma à sua maneira, da experiência alcançada desde o nacionalismo oitocentista e ordenando as vertentes que predominaram a partir de então, compartilhando o empenho em investigar a fundo a realidade nacional, rumo à construção de novos fundamentos para a representação do país. A análise considera o espaço euclidiano e o não-espaço marioandradiano como elementos constitutivos do imaginário nacional, afirmando e reduplicando as proposições de brasilidade, projetando os eixos primitivos, dominantes deste o romantismo, na ambigüidade polifônica da indeterminação moderna, sinalizando, porém, a permanência do tema do sentido da brasilidade. Portanto, as duas narrativas, centrais nas averiguações das relações entre a Literatura Brasileira e a identidade nacional, recolocariam a recorrente afinidade entre o sistema literário e a compreensão da brasilidade para expressar os dispositivos orientadores da vida nacional e sua constituição contraditória. Cf. Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/iletras/ppg/amaral\\_ricardodo.htm](http://www.ufrgs.br/iletras/ppg/amaral_ricardodo.htm) Acesso em: 25.11.2005

<sup>46</sup> Na segunda fase do movimento, desenvolve-se paralelamente ao drama da seca a fixação pelo cangaço, quase sempre analisado pela face exterior, sem penetração nas raízes do problema. Nesse sentido, a atenção dos escritores para as personagens, as relações e os episódios quotidianos constituem uma limitação da realidade, em que o aspecto anedótico da tradição romântica já colocava os autores na periferia dos acontecimentos, processando uma divisão de classes não-antagônicas. Cf. LUCAS, Fábio. *O Caráter social da ficção do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985. p.18. A cultura política integraria muitos dos componentes ufanistas derivados do espaço geográfico, fazendo-os presentes nas construções simbólicas que marcaram a identidade nacional, como as do homem-cordial de Buarque de Holanda, da mineiridade de Alceu Amoroso Lima e do luso-tropicalismo de Jorge Amado.

<sup>47</sup> Enquanto alguns identificaram em sua mais importante obra, *Raízes do Brasil*, uma teoria sobre a formação do Estado brasileiro, outros procuraram diretrizes para o estudo das relações Estado e sociedade civil ou, ainda, baliza para o estudo do processo de modernização do Brasil. Para Maria Odila Leite da Silva (2002, pp. 68-69), em vez de consolidar uma teoria, escreveu um livro sobre a ausência de equilíbrio entre elites dirigentes, Estado e os contornos congênicos da sociedade

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informas no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar boas maneiras, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. (...) Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro (HOLANDA, 1984, p. 106-107).

Marcada pela efervescência política e por intensas lutas ideológicas, inicia-se essa nova etapa cultural num ambiente de relativa liberdade, para desembocar em medidas de exceção do Estado Novo, em que foram repudiados os modelos estrangeiros. Com o Estado Novo, porém, a política cultural é centralizada e dirigida à construção de uma identidade coletiva, baseada numa modernidade oficial voltada para as raízes da nacionalidade (Sodré, 1970, pp. 64-65), moldada em diferentes modelos culturais voltados para um novo projeto ufanista.<sup>48</sup>

A integração entre o modernismo e o Estado Novo se funda na oposição dos modernistas ao *ufanismo*, ou seja, à idéia de que a grandeza territorial se confunde com a grandeza nacional, e ainda no aprofundamento da denúncia do Brasil arcaico, atrasado (Lippi Oliveira, 1990, p. 194). A identidade do Estado Novo aparece definida na pena dos seus intelectuais a partir de características básicas e inseparáveis: o regime (Estado) é *novo* na medida em que procura modernizar oficialmente o país, pela primeira vez na história, voltado para as verdadeiras raízes de sua nacionalidade, em que se recusam os modelos estrangeiros e liberais importados.

O estilo do Estado Novo define-se por duas características inconfundíveis. É democrático e é nacionalista. Estes dois traços conjugam-se em uma unidade harmoniosa que representa o equilíbrio entre os elementos da formação brasileira e o sentido histórico do nosso futuro. O Estado Novo é democrático porque é nacionalista. E somente corresponde à idéia nacional por ser democrático. A plasmagem de nossa nacionalidade realizou-se sob a influência do espírito da democracia, que já nos veio da metrópole européia onde ele emergira desde o século XV em

---

brasileira que, a seu ver, custavam a se expressar, tal o arcabouço de preconceitos acumulados por uma ideologia europeizada e elitista.

<sup>48</sup> Conforme Sodré (1970, p. 64), tais mudanças tanto qualitativas quanto quantitativas introduziram manifestações culturais que também espelham a passagem da preponderância britânica para a americana, quanto ao imperialismo que se consolida após a Segunda Guerra Mundial. É, assim, que do prisma cultural, as influências européias cederiam espaço às norteamericanas.

afirmações significativas e que anteciparam no Velho Mundo os surtos da idéia democrática, preludiados em outros países pela grande revolução religiosa do século XVI (AMARAL, 1989, p. 107).

Daí o moderno e o tradicional estarem imbricados no princípio doutrinário que organiza o sistema político do país: ao repensar a tradição, ela foi integrada a um projeto nacionalista totalizante que marca o Estado Novo (Lippi Oliveira, 1990, p. 193), orientado pela censura aos princípios da representação política da liberal-democracia:

Começamos com as razões do decreto (decreto de 02 de dezembro de 1937, que dissolvia os partidos políticos na instauração do Estado Novo), segundo o qual os partidos políticos eram artificiosas combinações de caráter jurídico e formal e tinham objetivos meramente eleitorais. A crítica dirigia-se aos partidos da República Velha, expressão de interesses locais e, portanto, incapazes de formar a nação. Afirmou-se no decreto que os partidos não correspondiam aos reais sentimentos do povo brasileiro, pois não possuem conteúdo programático nacional (KOSCHIBA, PEREIRA, 2003, pp. 449-450).

A despeito das harmoniosas diferenças entre os modernistas, de Oswald de Andrade à Gilberto Freire, incluem-se todos numa mesma corrente ocupada em pensar e valorizar o que fosse tipicamente brasileiro, pressupondo o redescobrimto dos antigos valores nacionais, retornando a fontes tradicionais de formação brasileira e a proeminência do regional como ponto de partida para se alcançar o nacional.

Por outro lado, a síntese político-literária operada pelo Estado Novo incorpora pensamento e pensadores oriundos de diferentes vertentes, não havendo escolha de romance ou realismo oficiais, havendo espaço para todo tipo de literatura, nem mesmo escolhas regionais para composição da identidade coletiva. Em verdade, há uma divisão de trabalho e uma distribuição de espaços (Lippi Oliveira, 1990, p. 197) na qual os intelectuais de diferentes correntes cooperam para composição da *brasilidade*.

A visão política que procura na cultura o cerne da nacionalidade, que faz da realização e do incentivo bens culturais de uma atividade precípua do Estado Novo, constitui o modelo mais bem

estruturado de relações entre a cultura e a política na história republicana<sup>49</sup>. As artes, a sociologia e os estudos históricos convergem para uma consciência social vigorosa, imposta pelas circunstâncias política da época.

A análise que acabamos de fazer dos traços característicos do estilo do novo regime brasileiro traz-nos a duas conclusões que nos parece suficientemente fundamentadas. A primeira é que o Estado Novo é essencialmente uma organização de tipo incontestavelmente democrático. A adoção do princípio autoritário como postulado básico da organização estatal não contradita a fisionomia democrática do regime. Acreditamos ter demonstrado entre as idéias de autoridade e democracia não existe nenhum antagonismo. Tanto na lógica da sua teoria como em face da experiência histórica do regime democrático, o conceito do Estado autoritário integra-se harmoniosamente. Aliás, as condições peculiares das sociedades contemporâneas são de molde a tornar tão necessários os governos autoritários que, se estes fosse inadaptáveis ao regime democrático, seria a democracia que teria de ser sacrificada porque o autoritarismo se tornou uma questão uma questão de salvação coletiva nas circunstâncias do mundo atual (AMARAL, 1989, p. 106).

Com o Estado Novo, muitos intelectuais foram chamados para ocupar cargos-chave na administração pública, sendo que o campo cultural autônomo (almejado) acaba absorvido pelo Estado, fazendo com que a identidade e reconhecimento social tornassem os intelectuais ainda mais dependentes do Estado totalizante (Carreta, 1999, p. 59).

Os intelectuais cooptados pelo regime implantado em 1930 consolidam a percepção de que são os porta-vozes da nacionalidade, agora como gestores da tradição e do legado cultural da nação. Participam, pois, da formação de uma nova ordem política, dando suporte às ações políticas

---

<sup>49</sup> Cassiano Ricardo, impulsionado pela idéia de que o trabalho dignifica o indivíduo, a exemplo da *Carta del Lavoro*, procuraria estabelecer a valorização do trabalho e do trabalhador com um dos postulados centrais do regime instaurado em 1937. Nesse sentido, a atitude predominante dos intelectuais e artistas da Segunda fase modernista rumo a uma retoma de consciência da realidade brasileira, ampliando os objetivos da primeira fase. Tanto nas artes quanto na literatura, observa-se o desejo intenso de pesquisar a realidade social, espiritual e cultural. Mergulhada no panorama ideológico Estado-novista, buscaria analisar as contradições vividas pelo país e representá-las pela linguagem estética. A busca dos traços peculiares da realidade brasileira fez renascer a tradição regionalista inaugurada pelo romantismo e persistente em alguns autores do Realismo/Naturalismo e do Pré-modernismo. Beneficiando-se das conquistas lingüísticas da primeira fase, resente nos regionalistas uma linguagem mais próxima da realidade brasileira e a ficção introspectiva incorpora a teoria psicanalítica freudiana para adentrar no mundo interior dos personagens, em busca de suas características e conflitos internos que melhor refletem o inconsciente coletivo. Cf. FARACO, Carlos Emílio. MOURA, Francisco Marto de. v. 3. ed. 9. São Paulo: Ática, 1990. pp. 131-163.



autoritárias, até desembocar na redemocratização ocorrida em 1945, por efeito do pós-guerra. A atuação da elite ilustrada, contudo, nesse peculiar período histórico, deixa profundas marcas no processo de socialização da cultura brasileira, alcançando os nossos dias mais atuais.

---

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Buscando apreender algumas das representações intelectuais e artísticas brasileiras, produzidas nas primeiras décadas do século XX, por meio de seu viés elitista, procurou-se retratar momentos de uma prática cultural e política bastante peculiares nesse decisivo período histórico. Exploraram-se, assim, algumas das formas pelas quais o elitismo ideológico funde-se à representação social formulada pela intelectualidade brasileira, ante o abismo que separa o poder público da nação.

Deste modo, ganham destaque, em contemporâneas obras, o ideário construído por certa minoria que se auto-avalia como um grupo autônomo de cuja superioridade moral emerge uma vocação dirigente que lhe é intrínseca. Sensível ao processo de industrialização e crescimento dos núcleos urbanos, a elite ilustrada procura romper com a linguagem bacharelesca que espelha a literatura passadista, recusando as formas acadêmicas de então, em prol de uma ótica moderna.

Num panorama de crises ideológicas e econômicas que atingem, em cheio, a classe intelectual, abre-se o discurso para questionar a função da cultura e do papel do escritor. E, não obstante o apelo à incorporação de sentimentos coletivos, o projeto modernista opera num plano eminentemente elitista, apoiado num raciocínio de massas. Destinada a determinar as decisões políticas do país, em tutela de uma vasta maioria (alienada por sua suposta ignorância), expressou-se a intelectualidade elitista em torno de uma mesma idéia: a de que era força-motriz de uma missão política.

A identificação do nacional e do moderno presidiria a formação de um substrato ideológico autoritário para representação dos fenômenos sociais brasileiros, assumindo os intelectuais, nesse período estudado, as funções compartilhadas de intérpretes da realidade e agentes políticos. Apóiam-se esses *homens de letras* numa consciência elitista e autoritária que modula uma consciência favorável à centralização política, refletindo nos rumos que a sociedade brasileira tomou durante a Nova República e o Estado Novo.

A idéia de que o Estado representa a nação e se compõe dos mais sábios para arbitrar o que é melhor para todos marca um estilo de pensamento da época, trazendo conseqüências culturais e políticas que se estendem ao longo das últimas décadas, corporificada na incapacidade do Estado em manter um relacionamento autônomo com as organizações culturais e a sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABDALA JR., Benjamim. **Literatura, história e política**: literaturas de língua portuguesa no século XX. São Paulo: Ática, 1989.

AMARAL, Azevedo. O Estilo do Regime In: **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Universidade de Brasília, 1990. pp. 89-107

AMARAL, Ricardo Ferreira do. **A reinvenção da pátria**: a identidade nacional em Os Sertões e Macunaíma. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2005.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: Unb, 1996.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes/Unb, 1987.

ALBERTONI, Ettore A. **Doutrina da classe política e teoria das elites**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

AYALA, Marcos. AYALA, Maria Ignez Novais. **Cultura popular no Brasil**: perspectivas de análise. São Paulo: Ática, 1987.

BAQUERO, Marcello. A estrutura elitista dos partidos políticos na América Latina e a questão da democracia. In: **Democracia, partidos e cultura política na América Latina**. Porto Alegre: NUPESAL/Kuarup, 1989. p. 08-62

BARIANI JR, Edison. Intelectuais e os anos 30: missão, cooptação e compromisso. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n.º 29, p. 01-03, out. 2003.

BARRETTO, Vicente. PAIM, Antonio. Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha. In: **Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. pp. 76-117

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

\_\_\_\_ **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_ **Liberalismo e democracia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOBBIO, Norberto. BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense: 1987.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Unb/Imprensa Oficial, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**: memória e sociedade. Lisboa: DIFEL, 1989.

BOTELHO, André. O poder ideológico: Bobbio e os intelectuais. **Lua Nova**, São Paulo, n.º 64, p. 94-112, jul. 2004.

\_\_\_\_ Anatomia do medalhão. **Rev. bras. Ci. Soc.**, Out. 2002, vol.17, no.50, pp.163-166.

BOUDON, Raymond. BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

CARRETA, Jorge Augusto. **Os intelectuais e a idéia de universidade no Brasil dos anos 20**. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTAGNOLA, Luis. PADOVANI, Umberto. **História da filosofia**. 11 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

CASTELLO, José Aderaldo. Reflexões sobre a narrativa ficcional dos anos 30. In: **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: ERUS, 1983. pp. 171-179

CERRONI, Umberto. **Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1981.

CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. Maringá, **Psicologia em estudo**, v. 8, n. 2, pp. 33-34, jul.-dez. 2003.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre idéias e formas. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Dialogando com Sérgio Buarque de Holanda. **Ciênc. Cult.**, jun.-set. 2002, vol. 54, n.º 1, pp. 68-69.

FARACO, Carlos Emílio. MOURA, Francisco Marto. **Língua e literatura**. v. 2. São Paulo: Ática, 1990.

FRANÇOZO, Mariana e ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo São Paulo, **Revista de Antropologia** (USP), v. 47, n.º 01, pp. 321-323. 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. Partidos e movimentos políticos no ciclo de 30. In: **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: ERUS, 1983.

FERREIRA, Nuno Miguel Miranda. **O Conceito de democracia segundo Joseph Schumpeter**. Centro de Estudos Jurídicos, Políticos e Sociais (CEJPS). Universidade Independente (Lisboa). Disponível em: [http://www.uni.pt/pdfs/cejps/conceito\\_democracia.pdf](http://www.uni.pt/pdfs/cejps/conceito_democracia.pdf)  
Acesso em: 16 mar. 2005

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HELENA, Lúcia. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1996

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1984.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**: (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

KELLER, Suzanne. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Forense: 1967.

KOSHIBA, Luis e PEREIRA, Denise..M.F. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 2003.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república: uma interpretação. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. t. III. 2. v. 3. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 345-374

LASSWELL, Harold D. KAPLAN, Abraham. **Power and society**: a framework for political inquiry. {SI} s.n., 1950 p. 50.

LUZ, José Baptista da. **Dicionário Político Brasileiro**. 38 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LUCAS, Fábio. **O caráter social da ficção no Brasil**. São Paulo: Ática, 1985.

MAIA, Nelly Aleotti. Educação Superior no Brasil: uma política necessária. In: **Estudos e Debates**: educação superior brasileira. Brasília: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1979. pp. 85-86



MACEDO, Dion Davi. **Contra os deuses da cidade**: a propósito da função política do intelectual em Michel Foucault. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/sinergia/dion2.html>> Acesso em: 24 out. 2004.

MICELI, Sérgio. O papel político dos intelectuais da oligarquia. In: **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: ERUS, 1983. pp. 180-188

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 3, 2002, pp. 483-511.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica. 8. ed. São Paulo: Ática, 1994.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo**: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NOVAES, Adauto. O silêncio dos intelectuais.. In: **Cultura e pensamento em tempos de incerteza**. Disponível em: [www.cultura.gov.br/culturaepensamento/](http://www.cultura.gov.br/culturaepensamento/) Acesso em: 16 mar. 2005

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **A elite intelectual e debate político nos 30**: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília:INL, 1980.

\_\_\_\_\_. As idéias fora de tempo. In: **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: ERUS, 1983. pp. 425-437

\_\_\_\_\_. A questão nacional na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

PASTA JR, José Antônio. Cordel, intelectuais e o divino espírito santo: notas sobre artes do povo e estética da representação. In: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: temas e situações**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992. pp. 58-74.

PRADO, Antonio Arnoni. **1922, Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a semana e o integralismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Cultura política e teoria democrática: implicações empíricas de um debate teórico**. Home page da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/encontro/teopol6.5.doc>> Acesso em: 23 jan. 2005.

RODRIGUES, Ricardo Velez. **Castilhismo: uma filosofia da republica**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Abril, 1999.

SADEK, Maria Tereza Aina. A questão ideológica na década de 30. In: **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: ERUS, 1983. pp. 437-450.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia. da Letras, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, Antonio Ozaí da. Os intelectuais diante do mundo: engajamento e responsabilidade. **Espaço acadêmico**, Maringá, n.º 24, p. 01-06, out. 2004.

SILVA, Benedicto (org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SOARES, Maria Susana. Os intelectuais na década de 1920. In: **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: ERUS, 1983. pp. 451-463

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da história brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SCHOECK, Helmut. **Diccionario de Sociología**. Barcelona: Herder: 1977

SOUZA, Francisco Martins de. O integralismo. In: **Curso de Introdução ao pensamento político brasileiro**. v. 10. 1994

SOUZA, José Pedro Galvão de. et. alli. **Dicionário de política**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

TORRES, Alberto. **A organização Nacional**. Brasília: Unb, 1983.

TRINDADE, Hégio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária. In. **Como renascem as Democracias**. Alain Rouquié et. tal. (orgs).São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 46-72

TUFANO, Douglas. **Estudos de literatura brasileira**. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 1988.

WILLEMS, Emilio. **Dictionnaire de Sociologie**. ed. 12. Paris: Marcel Rivière, 1970.